



Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Pedro Nuno Vidal da Cruz

Análise de ciclo de vida de
empreendimentos Turísticos no PNPG



Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Pedro Nuno Vidal da Cruz

Análise de ciclo de vida de
empreendimentos Turísticos no PNPG

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Engenharia Civil

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Júlia Maria Lourenço

RESUMO

A estrutura do modelo *Tourism Area Life Cycle* (TALC) tem sido frequentemente trabalhado e revisto desde que foi inicialmente proposto por Butler em 1980. Contudo, poucos destes estudos de análise de ciclo de vida incidiram sobre parques nacionais e outras áreas protegidas. Vai ser testada a aplicabilidade do TALC ao Parque Nacional Peneda Gerês (PNPG), analisadas as diversas fases do TALC e quais os fatores que podem afetar o modelo. Analisa-se também a forma como estes fatores influem no desenvolvimento turístico, fatores esses que se podem categorizar como internos, externos, ambientais, sociais e mudanças económicas na área em estudo. Vai ser abordada a contribuição do empreendedorismo para o TALC e como este se enquadra nas áreas naturais protegidas. Os modelos de ciclo de vida ligados ao turismo consideravam como única variável de desenvolvimento turístico o número de visitantes, constituindo isso uma limitação desses modelos pois existem muitos outros fatores que influenciam o desenvolvimento turístico, tais como investimento público e planos/diretrizes de desenvolvimento turístico. Será portanto utilizada como complemento ao TALC uma ferramenta de análise do desenvolvimento turístico, proposta por Alvares em 2008, denominada Modelo de Análise do Processo Turístico (MAPT). Este modelo permite uma análise do desenvolvimento turístico mais abrangente, pois incorpora variáveis de desenvolvimento turístico como os investimentos públicos, os planos, os programas e diretrizes de desenvolvimento económico, planeamento turístico e urbanístico, permitindo assim uma melhor compreensão do ciclo de vida do PNPG ao contrário do modelo proposto por Butler.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendimentos turísticos, Parques Nacionais, Ciclo de vida, TALC, MAPT

ABSTRACT

The structure of the model Tourism Area Life Cycle (TALC) has been frequently improved and reviewed since it was initially proposed by Butler in 1980. However, few of these studies of life cycle analysis had as case study National Parks and other Protected Areas. The applicability of TALC to the *Parque Nacional Peneda Gerês* (PNPG) will be tested and analyzed at the different phases of the model. The research traces which factors influence the model and how they affect it, such as touristic development, and factors that we can categorize as internals, externals, environmental, social and economic changes in the study area. The contribution of the entrepreneurship for the TALC model and how the model fits in Protected Areas will also be studied. The life cycle studies related to tourism used to consider the number of visitors as the only parameter of touristic development. This is one limitation of those models, because lots of other factors impact upon the touristic development, such as public investment and plans/strategies of touristic development. The Touristic Process Analysis Model (MAPT) proposed in 2008 by Alvares, will be used as complement to the TALC, which allows a more in-depth analysis of the touristic development in the study area. It analysis the same parameters of the TALC model plus the plans/strategies of touristic and urban development and evaluates the touristic planning leading to a more clear identification of the TALC model phase in which PNPG fits.

KEYWORDS: Touristic Ventures, National Parks, Life Cycle, TALC, MAPT

ÍNDICE

Resumo	iii
Abstract	v
Índice	vii
Índice de Figuras	ix
Índice de Gráficos.....	x
Índice de Quadros.....	xii
1. Introdução	1
1.1. Enquadramento do trabalho	1
1.2. Área em estudo	2
1.3. Objetivos	3
1.4. Metodologia	3
1.5. Estrutura da dissertação	4
2. Enquadramento Teórico	7
2.1. Introdução	7
2.2. Composição do modelo.....	7
2.3. Validade e Aplicabilidade do TALC	10
2.3.1. Diferentes Fases do Modelo.....	10
2.3.2. Áreas Protegidas.....	22
2.4. Fatores que afetam o modelo TALC.....	26
2.4.1. Fatores internos e externos.....	26
2.4.2. Mudanças ambientais, sociais e económicas	28
2.5. Contribuição do empreendedorismo para o TALC.....	30
2.6. MAPT	35
2.7. O MAPT e o modelo de Butler (1980)	36
2.8. Síntese	38
3. Turismo no PNPG	41

3.1. Introdução	41
3.2. Procura turística no PNM e turismo no PNPG até 1997.....	42
3.3. Situação Turística de 1997 a 2008	43
3.4 Situação Turística de 2009 a 2013	45
3.5. Síntese	50
4. Ciclo de vida Turístico do PNPG	55
4.1. Introdução	55
4.2 Medidas do MAPT.....	55
4.3. Aplicação do MAPT	57
4.4. Aplicação do TALC	62
4.5. Síntese	65
5. Conclusão	67
Referências Bibliográficas.....	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica do PNPG (Mapas disponíveis em http://portal.icnb.pt)	2
Figura 2: TALC – Butler, 1980 (tradução própria)	9
Figura 3: Áreas protegidas (Lista da UN) – Butler, 2006b (tradução própria)	22
Figura 4: Ciclo de vida de um destino – Butler, 1980 em Kamat, 2010 (tradução própria)	31
Figura 5: Modelo de empreendedorismo para pequenas empresas familiares – Morrison, 2006 (tradução própria)	33
Figura 6: Modelo de Butler (1980) e relações com o MAPT (Alvares, 2008)	36

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 1997 e 2008 (fonte: INE)	43
Gráfico 2: Taxa Bruta de ocupação de cama nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 1997 e 2008 (fonte: INE)	44
Gráfico 3: Oferta turística no Norte do país entre 2002 e 2012 (fonte: INE)	45
Gráfico 4: Número de estabelecimentos hoteleiros no PNPG entre 2009 e 2013 (fonte: INE)	46
Gráfico 5: Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2009 e 2013 (fonte: INE)	46
Gráfico 6: Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2009 e 2013 (fonte: INE)	47
Gráfico 7: Estada média (em dias) nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2009 e 2013 (fonte: INE)	47
Gráfico 8: Proporção (%) de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2002 e 2013 (fonte: INE)	48
Gráfico 9: Análise do Investimento Público no PNPG de acordo com o MAPT	57
Gráfico 10: Análise das estratégias/diretrizes de dinamização do PNPG de acordo com o MAPT	58
Gráfico 11: Análise dos programas formais inseridos no PNPG de acordo com o MAPT	59
Gráfico 12: Análise dos Planos de Gestão do PNPG de acordo com o MAPT	60
Gráfico 13: Análise do Planeamento Turístico do PNPG de acordo com o MAPT	61

Gráfico 14: Análise do ciclo de vida do turismo no PNPG de acordo com o TALC em complemento com o MAPT 66

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Síntese de 42 trabalhos realizados sobre o ciclo de vida do turismo de acordo com o modelo TALC. (modificação e atualização própria de Butler, 2006)	11-21
Quadro 2: Aproximação do modelo TALC às AP (adaptação e tradução própria de Johnston, 2001)	23-24
Quadro 3: Número de visitantes que contactaram o PNPG entre 1996 e 2012	49
Quadro 4: Número de estabelecimentos hoteleiros, número de hóspedes e percentagem de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros nos 5 concelhos pertencentes ao PNPG (2009).....	50
Quadro 5: Capacidade de alojamento e número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros dos 5 concelhos pertencentes ao PNPG (2009)	51
Quadro 6: Número de estabelecimentos hoteleiros, número de hóspedes e percentagem de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros nos 5 concelhos pertencentes ao PNPG (2013).....	52
Quadro 7: Percentagem de hóspedes estrangeiros, capacidade de alojamento e número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros dos 5 concelhos pertencentes ao PNPG (2013).	52
Quadro 8: Indicadores qualitativos do planeamento turístico	55
Quadro 9: Investimento Público no turismo	58
Quadro 10: Atribuição de medidas ao Investimento Público	58

“Os destinos turísticos trazem sementes potenciais para a sua própria destruição, assim como se deixam a eles próprios tornar-se mais comerciais e perder as qualidades que inicialmente possuíam” (Plog, 1992 em Butler, 1980: 6).

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento do trabalho

Em Portugal, durante a vigência da lei de 1970 foram criadas quatro Áreas Protegidas (AP), sendo o Parque Nacional Peneda Gerês (PNPG) a primeira Área Protegida criada em Portugal através do Decreto-Lei nº 187/71 de 8 de Maio, e a única que possui o estatuto de Parque Nacional. Nos anos mais recentes, um aumento da atenção foi direcionada para os efeitos do turismo e nestas áreas protegidas foram feitos progressos sobre o ambiente das mesmas. Note-se que o turismo mundial tem vindo a crescer desde a década de 50, de 25 milhões de chegadas internacionais para um número aproximado de mil milhões de chegadas internacionais em 2012. Em 2013, registou-se um número recorde de 1,1 mil milhões de chegadas internacionais, mais 52 milhões de turistas do que o registado em 2012. Para o ano 2014 a OMT prevê um crescimento de 4,5%, e para o ano 2030 prevê que o número de chegadas possa atingir o valor de 1,8 mil milhões (UNWTO, 2015). Segundo estimativas do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), o setor das viagens e turismo representa mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, um valor que em Portugal se estima atingir cerca de 15,5% (WTTC, 2014).

O Parque Nacional Peneda Gerês (PNPG) é uma área com uma população cada vez mais envelhecida, em que a agricultura em complemento com a pastorícia constituem o principal meio de subsistência para a população, e com os indivíduos mais jovens a “fugirem” destas atividades para os principais centros urbanos ou mesmo a imigramem, a população tem vindo a diminuir em cerca de 900 habitantes por ano nos últimos 5 anos nas freguesias pertencentes ao PNPG (INE, 2014). Num país onde a gastronomia, a oferta de alojamento, o bom acolhimento e a simpatia das pessoas constituem, igualmente, valores que definem a excelência de Portugal como destino de Turismo de Natureza, (ICNF, 2014) o turismo sustentável corresponde a um turismo que satisfaz as necessidades do turista, mantém e melhora o meio ambiente do destino e beneficia os habitantes locais, (WWF Global, 2014) pois é um modelo de desenvolvimento económico concebido para melhorar a qualidade da vida da comunidade recetora (OMT, 2014).

A escolha do PNPG cingiu-se a dois fatores fundamentais: ser o primeiro e único parque nacional em Portugal e o turismo no PNPG constituir um meio de dinamizar e melhorar a qualidade de vida da população local.

1.2. Área em estudo

O Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) localiza-se no Noroeste de Portugal, na zona de transição do Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Fica situado entre os meridianos 8° 25' e 7° 53' a Oeste de Greenwich e entre os paralelos 41° 41' e 42° 05' a Norte do Equador. Abrange uma área com aproximadamente 70 000ha, que se estende pelos concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca (concelhos pertencentes ao distrito de Viana do Castelo), Terras de Bouro (distrito de Braga) e Montalegre (distrito de Vila Real) (fig. 1). A área do PNPG integra grande parte das serras da Peneda, do Soajo, da Amarela, do Gerês (fig. 1) e também o Planalto da Mourela e o Planalto de Castro Laboreiro.

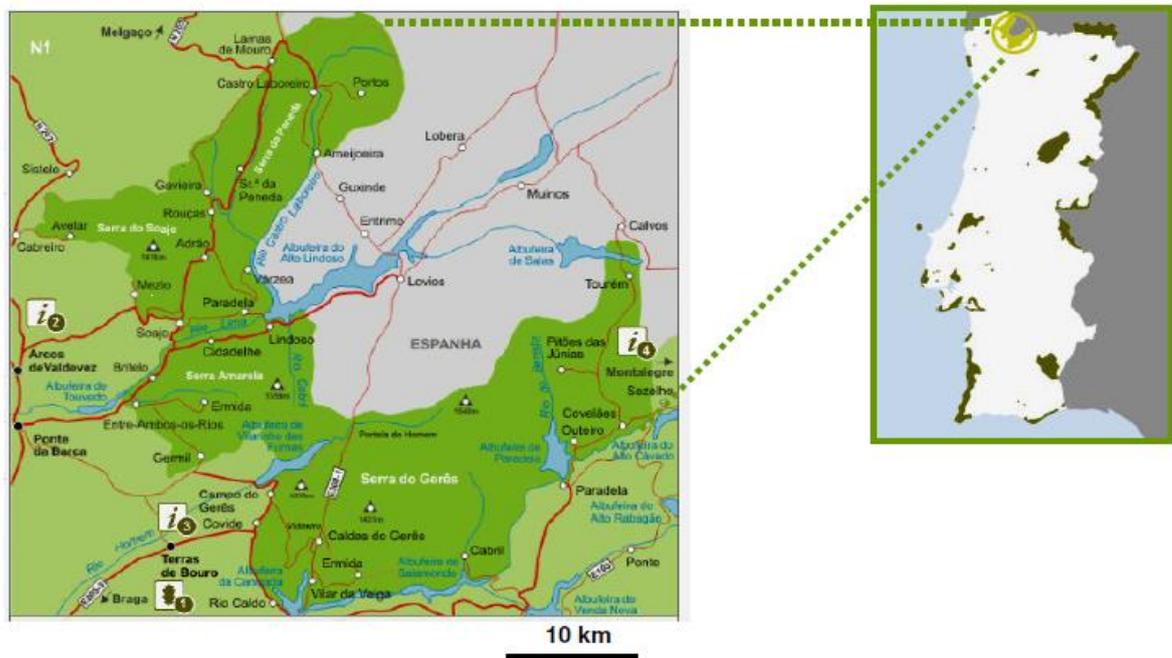


Figura 1: Localização geográfica do PNPG (Mapas disponíveis em <http://portal.icnb.pt>)

O PNPG foi a primeira Área Protegida (AP) criada em Portugal, que segundo o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, 2014) corresponde a “uma área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas e de elementos de biodiversidade, com valor científico, ecológico ou educativo”. Ao ser classificado como AP, esta lei vinculou a necessidade de desenvolver uma estratégia para a conservação da natureza. O PNPG foi então criado em 1971 ainda no âmbito do regime geral de proteção da natureza estabelecido pela Lei nº 9/70 de 19 de Junho, a sua classificação visou o desenvolvimento de um planeamento capaz de valorizar as atividades humanas e os recursos naturais, tendo em vista fins educativos, turísticos e científicos. Desde a sua

criação que é reconhecido como tal pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN, 1948), que é a maior e primeira rede profissional de conservação da natureza.

O PNPG é também, desde 2009, considerado pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera (UNESCO, 2009).

1.3. Objetivos

O objetivo principal desta dissertação é fazer a análise do setor do turístico do PNPG, analisando a sua capacidade de alojamento, taxa bruta de ocupação de cama, estada média, proporção de hóspedes estrangeiros, oferta turística e número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros para compreender quantos turistas visitaram efetivamente o PNPG, irá também ser identificado o turista-tipo, vão ser analisados os investimentos públicos, a existência de programas, de planos e de estratégias/diretrizes de dinamização do PNPG para perceber o desenvolvimento turístico da região através de um processo de ciclo de vida e para se darem algumas recomendações futuras.

Perceber a evolução do desenvolvimento turístico numa região, tem subjacente a necessidade de compreensão de vários fatores que possam ter influenciado esse desenvolvimento, fatores esses que irão ser analisados. Os empreendedores turísticos constituem forças motrizes do desenvolvimento turístico de uma região, pois se estes não forem atraídos para um destino, o turismo não progride.

1.4. Metodologia

Para analisar a capacidade de alojamento, taxa bruta de ocupação de cama, estada média, proporção de hóspedes estrangeiros, oferta turística e número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros vai-se recorrer a dados estatísticos. Irá ser feita uma pesquisa primeiramente na internet que permita obter informações sobre os investimentos públicos, existência de programas, de planos e de estratégias/diretrizes de dinamização do PNPG e caso não se consiga obter todas as informações, irá recorrer-se a trabalho de campo para recolha das informações em falta.

Vários modelos foram desenvolvidos desde os anos 60 que descrevem a evolução do turismo através de um processo de ciclo de vida. O primeiro modelo a atrair atenção foi proposto por

Walter Christaller (1963), depois surgiu um modelo proposto por Plog (1973), outro por Fuster (1975) e um pouco mais tarde, surgiu o modelo *Tourism Area Life Cycle* (TALC) proposto por Butler em 1980. Recentemente, Butler publicou dois volumes sobre o modelo TALC (Butler, 2006a, 2006b) onde destaca ainda mais a importância deste modelo dentro dos estudos de turismo. O TALC é uma das maiores contribuições de sempre em estudos do desenvolvimento turístico pela forma como fornece um ponto-chave para a discussão dos fatores que conduzem à mudança de um destino, como é que os destinos e os seus mercados vão variando e ainda o que é um destino turístico (Hall, em Butler, 2006b). O modelo TALC vai ser usado para a análise de ciclo de vida do turismo no PNPG.

Os modelos de ciclo de vida em turismo, tal como o de Butler, restringiam a análise do crescimento turístico a partir da contagem do número de turistas, sem entrar em consideração com a estrutura, processos e dinâmica inerente à atividade turística. Neste sentido, irá complementar-se a análise do desenvolvimento turístico do PNPG com base no TALC, com o Modelo de Análise do Processo Turístico (MAPT), para que se possa analisar o crescimento da atividade a partir da avaliação da relação entre a oferta e a procura, acrescida da análise dos investimentos públicos e dos planos de desenvolvimento económico com incidência direta na atividade turística e na avaliação do planeamento turístico.

1.5. Estrutura da dissertação

Para uma melhor organização, esta dissertação encontra-se dividida em 5 capítulos. No presente capítulo, Introdução, é feita uma breve descrição global do trabalho, onde estão apresentados os motivos para escolha do tema, enquadrada a área em estudo, enunciados os objetivos e as metodologias usadas.

No segundo capítulo, Enquadramento teórico, é feita uma apresentação e análise do modelo *Tourism Area Life Cycle* (TALC), que será o modelo base deste trabalho, através de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de clarificar e compreender as várias fases que o compõem, assim como compreender quais os fatores que o podem influenciar e de que forma é que estes o influenciam. Será também analisada a aplicabilidade do modelo a Áreas Protegidas (AP).

Ainda no segundo capítulo, serão investigados e analisados vários estudos realizados com base no modelo TALC, investigada a contribuição do empreendedorismo para o desenvolvimento turístico de uma região e de que forma é que este influencia o modelo.

Por fim, irá ser feita uma apresentação e análise do modelo MAPT, assim como a sua relação com o TALC.

No terceiro capítulo, Turismo no PNPG, é analisada a situação atual do turismo e empreendimentos turísticos no PNPG, assim como do desenvolvimento turístico nas últimas décadas.

No quarto capítulo, Ciclo de vida Turístico do PNPG, será feita a análise do desenvolvimento turístico da região para poder perceber o ciclo de vida turístico da mesma e perceber em qual das fases propostas pelo TALC em complemento com o MAPT se encontra o território do PNPG.

No quinto e último capítulo, Conclusão, descreve-se a validação dos objetivos propostos, resumando as principais conclusões e efetuando algumas recomendações para o futuro.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Introdução

Vários modelos foram desenvolvidos desde os anos 60 que descrevem a evolução do turismo através de um processo de ciclo de vida. O modelo *Tourism Area Life Cycle* (TALC) proposto por Butler em 1980 foi o que atraiu mais atenção. Neste capítulo vai ser investigada e analisada a estrutura e composição do modelo, a sua validade e aplicabilidade quer nas diferentes fases do modelo, quer em áreas protegidas. Vão ser analisados os diversos fatores que afetam o modelo e conseqüentemente o desenvolvimento turístico da região. Irá também ser abordada a contribuição do empreendedorismo para o modelo e desenvolvimento turístico do destino.

Os modelos de ciclo de vida turístico têm agora em consideração outros fatores de desenvolvimento turístico, será então analisada a estrutura e composição de um modelo de ciclo de vida mais recente, que é o Modelo de Análise do Processo Turístico (MAPT) proposto por Alvares em 2008. Vão também ser analisadas as relações entre o MAPT e o TALC para que se possa aplicar o MAPT como complemento ao TALC.

Ao longo deste capítulo são abordados tópicos essenciais do trabalho sobre os quais existe uma forte componente de pesquisa no que respeita ao estado da arte.

2.2. Composição do modelo

Tourism Area Life Cycle (TALC), é uma das maiores contribuições de sempre em estudos do desenvolvimento turístico pela forma como fornece um ponto-chave para a discussão do que conduz à mudança de um destino, como é que os destinos e os seus mercados vão variando e ainda o que é um destino turístico (Hall, em Butler, 2006b).

O TALC pode-se dividir em seis fases (figura 2) que Tooman (1997) descreve sinteticamente no seu estudo sobre a aplicabilidade do modelo de ciclo de vida de Butler como:

“Exploração” – Visitas esporádicas e limitadas por alguns grupos de aventureiros. Existe um alto nível de contacto com a população local e mesmo o uso das suas instalações, no entanto, resulta num reduzido impacto social e financeiro.

“Envolvimento” – O aumento das visitas leva os habitantes locais a oferecer aos visitantes a possibilidade de uso das suas instalações. O contacto com os habitantes locais continua alto e muitos ajustam os seus quadros sociais para acomodar a mudança das condições económicas. Um destino turístico e uma nova temporada surgem e a publicidade começa.

“Desenvolvimento” – Investimento exterior é atraído para o destino e surge um mercado de turismo bem-definido. As condições de acesso são melhoradas, a publicidade torna-se mais intensiva e extensiva e as instalações locais são distribuídas de forma mais elaborada e atualizada. Isto resulta num declínio da participação e controlo por parte da população local. Mão-de-obra de fora é trazida, instalações adicionais e serviços tornam-se necessários para suportar o rápido crescimento da indústria associada ao turismo.

“Consolidação” – A maior porção da economia local está ligada ao turismo e é dominada por maiores cadeias e franchises. O número de visitas continua a aumentar mas a uma menor escala. O marketing e a publicidade atraem visitantes de longe. As infraestruturas mais antigas tornam-se indesejadas.

“Estagnação” – Os níveis de capacidade de muitos fatores relevantes são atingidos ou mesmo excedidos o que resulta em problemas económicos, sociais, e/ou ambientais. O pique de possíveis visitas é atingido forçando os diretores das infraestruturas a depender da repetição de visitas e de convenções para continuar o negócio. As atrações artificiais suplantam as naturais ou culturais e o destino deixa de estar na moda.

“Rejuvenescimento” – Uma mudança dramática é estabelecida na base de recursos, ou um novo conjunto de atrações artificiais é criado, ou uma fonte de recursos naturais por explorar passa a ser utilizada.

“Declínio” – Os turistas são atraídos por novos destinos, os que restam são maioritariamente visitantes só por um dia ou por um fim-de-semana.

Em resumo, durante a última fase o ciclo pode iniciar-se novamente ou permanecer no declínio. Na verdade, um resultado entre estes dois extremos é possível assim como novos esforços podem não ser totalmente bem-sucedidos ou o declínio pode não ser totalmente irrevocável ou tão íngreme (Tooman, 1997).

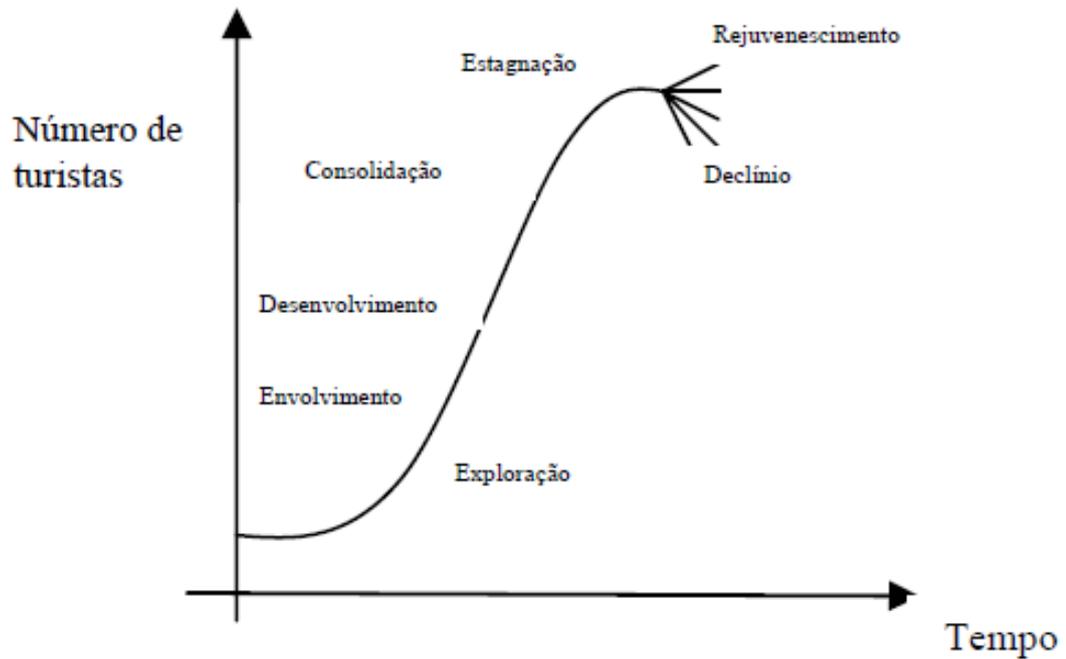


Figura 2: TALC – Butler, 1980 (tradução própria)

2.3. Validade e Aplicabilidade do TALC

2.3.1. Diferentes Fases do Modelo

Um destino pode não seguir as seis fases propostas pelo TALC apresentadas no ponto anterior, tal como afirma Butler “nem todas as áreas experienciam as fases do ciclo tão distintamente como outras” (1980, pp.10) contudo, a maioria dos investigadores concluiu que as tendências gerais mantêm-se. Este argumento foi endossado por anteriores estudos onde as fases experienciadas por vários destinos não foram consistentemente encontradas e os resultados foram muito específicos (Cooper & Jackson, 1989; Argwal, 1997; Ma e Hassink, 2013). Lundtorp e Wanhill (2001) aplicaram o modelo num contexto local, para explicar como os recursos locais (incluindo localização e história) causam variações no padrão de desenvolvimento do modelo em relação ao padrão teórico e concluíram que a curva do modelo só pode ser verdadeiramente representativa se o número de visitantes se for repetindo ao longo do tempo ao nível de número de utilizadores domésticos. No entanto, concluíram também que o modelo se aplica bastante bem especialmente em regiões pequenas com fronteiras bem definidas. Muitos outros estudos demonstraram que o modelo proposto por Butler se encaixa nos destinos turísticos. Igualmente, as diferentes fases do modelo foram identificadas (ex.: estudo sobre a Ilha do Homem, Cooper and Jackson’s, 1989; estudo sobre o Grand Isle resort de Louisiana, Meyer-Arendt’s, 1998 continuado por Berry, em 2006).

O modelo foi também aplicado a diferentes tipos de atrações e recursos turísticos (ex. ilhas, praias e destinos montanhosos) em diferentes perspetivas (ex. validade e aplicabilidade do TALC, Agarwal, 1997; mudanças sociais, ambientais e/ou económicas e como se relacionam com cada fase do modelo, Berry, 2001; Hovinen, 2002; Tooman, 1997; e planeamento turístico Getz, 1992; Bao & Zhang, 2006).

No quadro 1 apresenta-se uma síntese de 42 trabalhos realizados relacionados com o TALC, desde que foi proposto em 1980 até 2013, que discutem a sua estrutura, validade e aplicação em diferentes destinos turísticos. São no entanto conhecidos muitos outros estudos sobre a aplicabilidade do modelo.

Quadro 1: Síntese de 42 trabalhos realizados sobre o ciclo de vida do destino turístico de acordo com o modelo TALC. (modificação e atualização própria a partir de Butler, 2006a)

Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
Honiven, 1981	Lancaster County, Pensilvânia	A totalidade do modelo de Butler. Usou o número de visitantes quando possível, noutros casos usou uma aproximação com base no passado.	O modelo foi substancialmente consistente. Não houve sinal de declínio na região.
Oglethorpe, 1984	Malta	Usou o número de visitantes, número de camas, hotéis e percentagem de propriedades estrangeiras. Dá especial atenção à dependência em relação a operadores turísticos estrangeiros.	Aceitou a relevância do TALC e concluiu que a dependência em relação a operadores turísticos estrangeiros levou a um rápido declínio da indústria do turismo.
Brown, 1985	Weston-super-mare, Reino Unido	Aproximação com base em dados do passado.	Foi encontrada a fase de rejuvenescimento.
Meyer-Arendt, 1985	Grand Island, Louisiana	Deu especial atenção aos processos culturais e à degradação ambiental. Usou a atividade da construção civil nas 5 diferentes fases. Analisou os visitantes diários e a capacidade de visita.	Apoiou fortemente o TALC e encontrou um começo de declínio.
Butler, 1985	Planaltos escoceses	Aproximação com base em dados de 1700 a 1800. Deu foco à moda, gostos e à melhoria das condições de transporte. Usou mapas e evidências históricas.	Obedeceu ao TALC.

Quadro 1: (continuação)

Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
Richardson, 1986	Galveston, Texas	Deu foco à revitalização de edifícios históricos e usou modelos de ciclo de vida como ferramenta para gerir a evolução dos resorts. Analisou receitas fiscais, emprego, população e dinheiro investido nas obras.	Galveston encontrava-se na fase de declínio do TALC, mas foi possível um rejuvenescimento usando os edifícios históricos como nova fonte de atração. Foram feitos trabalhos nessa área.
Wilkinson, 1987	Ilhas das Caraíbas da Antigua, Aruba, Santa Lúcia & Ilhas Virgens dos EU	Focou-se nas últimas fases do TALC e no modelo de Lundberg (1980).	Analisou comparativamente os dois modelos tendo ambos cumprido as diferentes fases dos modelos. Tirou outras conclusões mais relacionadas com a indústria do turismo do que com o TALC.
Keller, 1987	Território do Noroeste do Canadá	Deu especial atenção à importação de capital e mão-de-obra levando a uma independência em relação à população local. Dispersão do dinheiro trazido pelos turistas da região local. Analisou o motivo da deslocação (negócios, pesca, visita, educação, etc.) e a origem dos visitantes. Também analisou o <i>staff</i> em função do volume de negócio.	Não questionou a aplicabilidade do TALC e concluiu que não foi possível maior desenvolvimento do turismo sem que haja injeção de capital vindo do exterior.

Quadro 1: (continuação)			
Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
Cooper e Jackson, 1989	Ilha do Homem, Reino Unido	Usou as chegadas de passageiros ao aeroporto como variável principal.	A maior parte dos <i>resorts</i> estudados encontram-se num declínio sério.
Debbage, 1990	Ilhas do Paraíso, Bahamas	Combinou o uso do TALC com o “ciclo de lucros” de Markusen (1985) e analisou a influência dos empreendedores turísticos.	Concluiu que o modelo proposto por Butler não tem em linha de conta o comportamento das organizações à medida que o ciclo de vida da região em estudo evolui.
France, 1991	Barbados, América do Norte	Abordagem percetual maioritariamente, mas também analisou o número de visitantes, o número de estabelecimentos, o número de quartos, etc.	A ilha divide-se em diferentes segmentos de mercado, que se encontram em diferentes fases do TALC. Uma área está em declínio, outra encontra-se nas fases de crescimento.
Weaver, 1988, 1990, 1992	Grande Cayman e Antigua	Incidiu sobre todos os aspectos do TALC, mas teve especial incidência no controlo de propriedades do exterior. Usou chegadas e outras estatísticas dos navios de cruzeiros. Deu atenção ao planeamento. Usou número de chegadas, construções, camas e atendeu ao poder de compra dos turistas.	Encontrou as tendências gerais do TALC. Concluiu que as propriedades e o controlo exterior afetaram a estabilidade do ciclo. O Grande Cayman está planeado, tem poucas propriedades com controlo exterior e é estável, mas Antigua não está planeada e é maioritariamente controlada pelo exterior estando em risco de declínio devido à sua

Quadro 1: (continuação)			
Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
			dependência do exterior.
Cooper, 1992	<i>Resorts</i> da costa	Fala sobre os três usos do TALC (como estrutura conceitual, para prever o futuro do destino e para planeamento estratégico) e depois do planeamento estratégico.	Os processos de planeamento estratégico consistiam em: definição do objetivo; análise do portfólio de negócio; e das estratégias de crescimento. Também fala sobre os tipos de estratégias de crescimento.
Ioannides, 1992	Chipre	Todos os aspetos do TALC com mais destaque para o papel do governo e a dependência em operadores turísticos estrangeiros. Analisou o número de visitantes, o número de camas, o tipo de acomodação, as receitas turísticas, o tipo de turismo e as chegadas à área em estudo.	Usou o TALC por forma a concluir que o governo conduz intencionalmente os destinos a seguir um determinado ciclo através de várias fases distintas.
Getz, 1992	Cataratas do Niagara	Examinou a capacidade de transporte e os aspetos de planeamento. Usou os dados existentes, assim como estatísticas, entrevistas, observações de campo, mapas e questionários.	As fases de “Exploração” e “Envolvimento” corresponderam parcialmente ao modelo proposto por Butler, mas houve pontos de divergência e não foi possível datar as diferentes fases. Da mesma forma que Lancaster Country, as Cataratas do Niagara parece-

Quadro 1: (continuação)			
Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
			ram encontrar-se num longo período de “maturação”.
Johnson e Snepenger, 1993	Grande região de Yellowstone, Estados Unidos	As variáveis usadas foram as tendências de fluxos dos visitantes, o crescimento da economia local, a percepção dos residentes face ao desenvolvimento turístico e os indicadores biológicos do ecossistema.	O turismo na região é mais complexo do que o modelo TALC sugere e a região não se encontra em nenhuma fase específica do TALC. O conceito do TALC incorpora alternativas com direções ao alcance da região de Yellowstone.
O'Hare e Barret, 1993	Sri Lanka	Analisou o efeito da guerra civil no turismo usando as estatísticas do turismo. Também discutiu o efeito do preço dos bilhetes aéreos no turismo.	Aceitou a importância do TALC e concluiu que existiram dois ciclos distintos no país: um antes da guerra civil e outro depois da guerra civil.
Choy, 1993	Ilhas do oceano Pacífico	Testou todos os aspectos do TALC, mas apenas com referência ao número de visitantes.	Encontrou poucas tendências de aproximação ao TALC, não tendo identificado as diferentes fases do ciclo de vida das ilhas do pacífico.

Quadro 1: (continuação)			
Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
Agarwal, 1994	Reino Unido	Discutiu a utilidade do modelo para analisar e planear o turismo com base em métodos percetuais.	Sugeriu que o TALC fosse modificado, por forma, a incluir a fase de “reorientação” antes da fase de “declínio” ou “rejuvenescimento”. Concluiu que o TALC, tal como se encontrava, não podia ser aplicado de forma útil.
Prosser, 1995	Nenhuma região específica	Analisou toda a estrutura do TALC.	Concluiu que a estrutura do TALC é uma ferramenta útil e fácil de trabalhar.
Harrison, 1995	Suazilândia, África Austral	Usou o modelo TALC como o modelo “ideal”/“expectável” e analisou as diferenças entre este e a situação na Suazilândia.	O ciclo da Suazilândia consistiu em “exploração”, “inatividade”, “transição”, “desenvolvimento” e “declínio & tentativa de rejuvenescimento”.
Braunlich, 1996	Atlantic City	Sucesso do rejuvenescimento usando casinos. As estatísticas incluem quantidade de dinheiro investido, receitas fiscais, serviços sociais prestados aos idosos e rejuvenescimento urbano.	Aceitou o TALC como ferramenta apropriada de análise. Concluiu que Atlantic City conseguiu entrar na fase de “rejuvenescimento”.
Russel, 1996	Coolangatta, Costa Dourada da Austrália	Testou todos os aspetos do TALC, analisou o número de visitantes com base numa aproximação histórica desde a existência do <i>resort</i> .	Encontrou as tendências gerais do modelo. Concluiu que a região se encontra na fase de “declínio”.

Quadro 1: (continuação)			
Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
Meyer, 1996	Waikiki, Hawaii	Deu ênfase aos planos de rejuvenescimento. Usou relatórios.	Concluiu que a área está a entrar na fase de “declínio” e sugere “rejuvenescimento”.
Agarwal, 1997	Região de Torbay, Inglaterra	Testou a validade e aplicabilidade do TALC. Justificou o seu trabalho por notar que a aplicabilidade universal do TALC ainda não foi provada. Entre outras coisas o autor destacou a importância da “unidade de análise”.	A aplicabilidade do TALC é razoavelmente consistente exceto na fase de “estagnação”, que requiere maior investigação. O autor assume que segundo o modelo original, o “declínio” é inevitável.
Prosser, 1997	Coffs Harbour, Costa Dourada da Austrália	Usou os censos da população sobre emprego, desemprego etc.	Ambas as regiões se encontram em diferentes fases do TALC. Concluiu que o TALC é uma ferramenta útil de análise.
Tooman, 1997	Três regiões das Smoky Mountains, Estados Unidos	Analisou a região desde 1900 até 1997, estudando os efeitos socioeconómicos do turismo. Usou também como indicador o número de hotéis e motéis familiares vs cadeias de hotéis.	Concluiu que o TALC pode ser usado para evitar os impactos negativos do turismo.
Da Conceição Alves e Roque Águas, 1997	Algarve, Portugal	Analisou a procura, fornecimento, distribuição e competidores de acordo com cada fase do TALC. Encaixou-se num polinómio de terceiro grau para abranger toda a	Identificou as diferentes fases do TALC e relacionou-as com as estratégias locais. Concluiu que uma área deve antever um longo período de estagnação e

Quadro 1: (continuação)			
Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
		informação.	estabilização.
Russel e Faulkner, 1998	Coolangatta, Costa Dourada da Austrália	Testou todos os aspetos do modelo. Analisou o número de visitantes numa aproximação percetual/histórica.	Foram encontradas as tendências gerais do modelo.
Oppermann, 1998	Nenhuma região específica	Comentou e criticou o artigo de Agarwal (1997) sobre a região de Torbay.	Assumi que o modelo de Butler é útil, mas sugere que deveriam existir mais testes sobre outros modelos e teorias.
Agarwal, 1998	Nenhuma região específica	Defendeu o seu artigo de 1997 contra as críticas de Oppermann em 1998.	Defendeu que existe a necessidade de aplicar o TALC a diferentes tipos de turismo em variados contextos.
Baum, 1998	Nenhuma região específica	Propôs a ideia de que abandonar completamente o turismo pode ser uma extensão teórica do TALC.	Concluiu que o abandono pode ser visto como uma fase de saída quando o turismo se torna impossível de sustentar.
Johnston, 2001	Nenhuma região específica	Integrou elementos ontológicos e epistemológicos no debate sobre o TALC.	Concluiu que o conhecimento sobre o TALC ainda não foi totalmente atingido.
Lundtorp e Wanhill, 2001	Ilha do Homem, Reino Unido e Danish Island of Bornholm, Dinamarca	Usou métodos matemáticos para moldar a curva ideal do TALC.	A curva do TALC só pode ser representativa se todas as chegadas de turistas forem relativas a turistas que visitam o destino pela 2ª vez.

Quadro 1: (continuação)			
Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
Agarwal, 2002	Três <i>resorts</i> na costa inglesa com turismo massivo: Minehead, Weymouth, Scarborough	Analizou a hipótese de reestruturação da teoria do TALC.	O TALC deveria ser reestruturado por forma a obter mais informações sobre o declínio de uma região para permitir um conhecimento mais aprofundado da necessidade de reestruturação de um <i>resort</i> .
Honiven, 2002	Lancaster County, Pensilvânia	Analizou a teoria da complexidade/caos como um complemento ao TALC.	O TALC seria mais útil se reconhece-se uma fase de “maturação”. Concluiu que o modelo tem mais valor devido à sua premissa de que sem um apropriado planeamento, gestão e desenvolvimento, os destinos irão ser conduzidos ao declínio.
Zhong, Deng e Xiang, 2008	Parque Nacional Florestal de Zhangjiajie, China	Examinou a aplicabilidade do TALC ao Parque Nacional Florestal de Zhangjiajie. Analizou a contribuição dos fatores internos e externos para o desenvolvimento turístico. Também analisou como é que as mudanças ambientais, sociais e económicas afetaram a área em estudo.	Foram encontradas as primeiras 4 fases do TALC, e conclui que o destino se encontra atualmente na fase de “consolidação”. Notou que o governo e os setores privados ligados ao turismo foram os motores para o desenvolvimento turístico e a transição entre fases.

Quadro 1: (continuação)			
Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
Garay e Cànoves, 2011	Catalunha, Espanha	Analisou as mudanças culturais, sociais, económicas e tecnológicas da região desde 1966, para tentar identificar quais as diferentes fases do TALC associadas à teoria da regulação (Boyer, 1990) que a região vivenciou.	O TALC complementado com a teoria da regulação, constituem uma ferramenta válida para perceber e descrever a história do turismo numa região. Defende que o TALC deveria ser sempre complementado com outra teoria por forma a torná-lo mais flexível.
Meng, Wei e Yu, 2011	Macau	Estudou empiricamente o ciclo de vida da herança cultural do turismo em Macau. Para esse estudo recorreu à literatura existente e trabalho de campo com entrevistas.	Dividiu o ciclo de vida da herança cultural em quatro fases: “introdução”, “crescimento”, “maturação” e “consolidação”.
Ma e Has-sink, 2013	Costa Dourada da Austrália	Analisou a ligação entre as Evoluções Económicas e Geográficas (EEG) (Boschma & Martin, 2010) e os estudos relativos aos destinos turísticos, focando-se em conceitos do EEG, tais como, as dependências do destino turístico durante o seu percurso e a coevolução para aprofundar os conceitos base do TALC propondo um complemento ao TALC	O EEG oferece oportunidades potenciais de desenvolvimento na geografia do turismo, especialmente ao nível do TALC. Segundo os autores, o TALC falha em três pontos: (1) falha a especificar a diferenciação entre “área turística” e “produto turístico”, (2) a distinção entre as noções de “ciclo de vida” e “evolução” são insuficientes e (3) a diminuição de visitantes

Quadro 1: (continuação)			
Autor, data	Região	Aspetto testado/método/foco	Resultados
		baseado nos conceitos do EEG, tendo depois aplicado o modelo proposto à Costa Dourada.	não é uma explicação apropriada para o declínio das áreas turísticas.

Fonte: Tradução e atualização própria de *The Tourism Area Life Cycle: Vol. 1. Application and modifications*. Clevedon, UK: Channel View Publications. (Butler, 2006a)

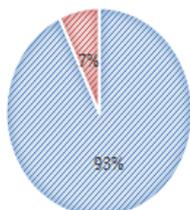
O TALC como examinado nestes estudos, que se apresentam no quadro 1, provou ser geralmente uma ferramenta útil na explicação das dinâmicas do desenvolvimento turístico, embora que um consenso universal sobre a sua validade e aplicabilidade ainda não foi alcançado. (Zhong et al., 2008)

Butler (2006a, 2006b) afirma que uma “compreensão [da forma como o se dá o desenvolvimento turístico] está ainda longe de estar completa” (pp.286), o que significa que mais estudos deverão ser conduzidos para testar o modelo. No entanto, especial atenção deve ser dada às áreas onde o modelo foi raramente aplicado (ex.: parques nacionais) (Zhong et al., 2008). Dos poucos estudos que foram realizados em parques nacionais e áreas protegidas, destacam-se os trabalhos de Boyd, 2006 e Weizenegger, 2006.

2.3.2. Áreas Protegidas

NÚMERO DE ÁREAS
PROTEGIDAS (TOTAL: 13321)

■ Solo Mundial ■ Áreas Protegidas



% DE AP'S QUE CORRESPONDEM
A PARQUES NACIONAIS EM
TODO O MUNDO

■ Áreas Protegidas ■ Parques Nacionais

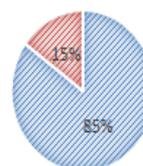


Figura 3: Áreas protegidas (Lista da *United Nations*) – Butler, 2006b (tradução própria)

O primeiro parque natural foi criado em 1872, em Yellowstone nos EUA. Desde então que o número de parques tem vindo a crescer, tendo a *United Nations* (UN) listado 102,102 áreas protegidas (mais de 18,8 milhões de km²) em todo o Mundo, sendo que os parques naturais compreendem apenas 15% destes números.

A Organização Mundial do Turismo (WTO) definiu uma área turística como sendo uma localização com um aglomerado de atrações com infraestruturas turísticas relacionadas e serviços que um turista ou grupo de turistas decidam visitar ou que organizações turísticas decidam promover (WTO, 1993). Esta definição encaixa facilmente em áreas protegidas, pois estas oferecem atrações tais como paisagens naturais, vistas agradáveis e atrativas, vida selvagem e infraestruturas como centros de visita, alojamentos, parques de campismo e guias turísticos. São visitadas por viajantes individuais ou grupos organizados. Geralmente as visitas podem ser reservadas como parte do pacote de viagem e as áreas protegidas são promovidas de muitas formas, tais como em folhetos de papel e internet. Depois desta breve análise e discussão, podemos afirmar que as áreas protegidas são um tipo de destino turístico (Butler, 2006b).

Se as áreas protegidas são um destino turístico, é razoável afirmar que o modelo TALC de Butler pode ser aplicado a estas (Boyd, 2006). Johnston (2001) defendeu que o modelo de Butler é mais adequado a resorts do que a áreas protegidas, no entanto, fez uma tentativa de aplicar os elementos do ciclo de vida identificados de acordo com o quadro 2 (coluna da esquerda) numa adequação do modelo a áreas protegidas (coluna do meio). Algumas diferenças e dificuldades tornam-se rapidamente óbvias e estão representadas na coluna da direita.

Quadro 2: Aproximação do modelo TALC às AP (adaptação e tradução própria de Johnston, 2001)

Elementos epistemológicos dos ciclos de vida	Aplicação em áreas protegidas como destinos	Observações e problemas
<p>Entidade-Unidade</p> <ul style="list-style-type: none"> -Natureza do destino, entidades e tipo de destino -Escala espacial 	<ul style="list-style-type: none"> -Nível de agregados: destino tipo, tipo de área protegida, área protegida individual -Área protegida, área protegida e a sua envolvente 	<p>As entidades determinam outros elementos epistemológicos.</p> <p>A aplicabilidade do modelo de ciclo de vida difere com as entidades consideradas.</p> <p>As áreas protegidas não podem ser consideradas sem se considerar o ambiente.</p>
<p>Características Internas</p> <ul style="list-style-type: none"> -Recurso base -Recurso de serviços -Governo 	<ul style="list-style-type: none"> -Recursos naturais -Infraestruturas turísticas: alojamento e guias -Planos de desenvolvimento 	<p>O desenvolvimento das infraestruturas é regulado ou restrito pela lei internacional ou a administração da área protegida.</p>
<p>Utilizadores</p> <ul style="list-style-type: none"> -Quantidade -Qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> -Número de visitantes -Atividades dos visitantes (caçar, safaris para tirar fotografias, uso não-turístico pela população local, etc.). 	<p>O número de visitantes pode ser restrito (capacidade de transporte). Competição com o uso não turista (geralmente consumista) existe.</p>
<p>Reconhecimento das Fases</p> <ul style="list-style-type: none"> -Recursos -Tipo e nível da atividade 	<ul style="list-style-type: none"> -Induzido em vez de desenvolvimento orgânico -Variedade de atividades 	<p>Depende dos regulamentos e da entidade considerada (não necessariamente da fase do ciclo). Geralmente as características individuais são mais importantes que as características-tipo.</p>

Quadro 2: (continuação)		
Elementos epistemológicos dos ciclos de vida	Aplicação em áreas protegidas como destinos	Observações e problemas
Sequência típica de variação nas fases -estratégias de adaptação: facilitismo, inibição e tolerância	-Fases pré e pós-estagnação -Adaptação pelos anfitriões fora da área protegida	Dependem dos regulamentos e das entidades consideradas.
Condições macroestruturais -eventos externos -nível de agregação	-ex.: convenções internacionais, situação política, segurança -Nível superior de agregação influencia o mais baixo	Depende parcialmente das entidades consideradas. Não necessariamente específico da área protegida.

Fonte: Adaptação e tradução própria de Johnston (2001:7) Elementos epistemológicos do ciclo de vida e suas aplicações

Devido à natureza destas áreas, intervenções governamentais podem afetar a direção e a velocidade do desenvolvimento turístico nestas áreas mais que no caso de um resort numa ilha (Weizenegger, 2006). A robustez do modelo (TALC) foi testada primeiramente na América do Norte, Reino Unido e na costa Mediterrânea onde o progresso do turismo tem uma longa história e obteve a sua situação presente durante um extenso período de desenvolvimento (Baum, 1998). É portanto discutível que o modelo tem um pouco menos de valor para novos destinos turísticos emergentes particularmente no mundo em desenvolvimento. Aqui o período de desenvolvimento é provável que tenha sido muito rápido, com a adicional força da globalização e dos investimentos multinacionais, sendo que os ciclos podem muito bem ter “saltado” uma ou mais fases dentro do modelo do ciclo (Zhong et al., 2008). Johnson e Snepenger (2006), também realçaram que outros estudos devem ser conduzidos com outras variantes, diferentes transições económicas que possam fornecer informações valiosas na mudança da natureza, dos impactos do turismo e dos processos de maturação do destino.

“Os destinos turísticos trazem sementes potenciais para a sua própria destruição, assim como se deixam a eles próprios tornar-se mais comerciais e perder as qualidades que inicialmente possuíam” (Plog, 1992 In Butler, 1980: 6). Os destinos turísticos já não são somente uma questão de saber a onde ir (Weizenegger, In Butler, 2006b: 124), amplos conceitos foram desenvolvidos em torno destes e adicionada a variável “concorrência” (Bieger, 2000: 73; Rubies, 2001)

e uma variedade de diferentes tipos de destinos em diferentes níveis espaciais foram pesquisados (Weizenegger, In Butler, 2006b: 124).

Um estudo feito por Boyd (2006) sobre o estabelecimento e desenvolvimento dos Parques Nacionais do Canadá encaixou nas seis fases propostas pelo TALC, no entanto o autor afirma que notou alguma dificuldade em determinar “onde os casos individuais podem ser melhor representados dentro do modelo” (Boyd, 2006: 138). Stansfield (1978) conduziu um estudo em Atlantic City que apesar da ausência das duas fases iniciais, as quatro últimas fases finas encaixaram-se perfeitamente. Outro estudo feito por Weaver (2000) nas Ilhas Cayman nas Caraíbas apenas teve a ausência da primeira fase. Estudos anteriores também concluíram que diferentes fases podem coexistir, Lancaster Country foi exemplo disso sendo caracterizado pela coexistência de crescimento, estagnação, declínio e rejuvenescimento existindo pequenos períodos de cada fase, experienciando assim todas estas fases em simultâneo (Honiven, 1981; Honiven, 2002). Da mesma forma, as Cataratas do Niagara envolvem um permanente estado de maturidade em que aspetos de consolidação, estagnação, declínio e rejuvenescimento estão constantemente presentes (Getz, 1992).

2.4. Fatores que afetam o modelo TALC

Embora o TALC seja uma ferramenta útil para descrever a evolução do desenvolvimento turístico, saber quais as fases e/ou duração das fases que vão ser experienciadas pelo destino turístico é, em grande parte, dependente de um grande número de fatores, e por isso, não existe uma fórmula matemática que possa ser aplicada (Zhong et al., 2008). Segundo Butler (2006), é expectável que a forma da curva do TALC varie consoante as diferentes áreas em estudo, refletindo variações de diversos fatores como o nível de desenvolvimento, políticas governamentais e áreas concorrentes à área em estudo. Adicionalmente, muitos outros fatores podem afetar a forma da curva tais como a agitação política, terrorismo e desastres naturais (Zhong et al., 2008). Neste subcapítulo irá ser analisada a forma como os fatores internos e externos inerentes ao destino afetam o modelo, assim como, as mudanças ambientais, sociais e económicas.

2.4.1. Fatores internos e externos

Segundo Agarwal (1997), estes fatores podem ser categorizados em dois grupos: fatores internos e externos.

Fatores internos incluem os que são inerentes ao destino, tais como, a atitude dos residentes face ao turismo e a deterioração gradual dos recursos turísticos (Zhong et al., 2008). “Apenas no caso de uma área verdadeiramente única se pode antecipar uma atracção quase intemporal” (Butler, 1989, pp.9), isto é, um destino com recursos de turismo únicos pode atrair turistas permanentemente até que se comecem a deteriorar os recursos ou um desastre natural aconteça (Zhong et al., 2008), exemplo disso, temos Paris e Nova Iorque que continuam a receber milhões de turistas com o passar dos anos.

As ascensões e quedas da curva proposta pelo modelo verificadas nas cataratas no Niagara (Getz, 1992) e na Grande Muralha (Bao, 1998) onde o turismo funciona de forma cíclica com picos de visitantes sucedidos por quebras do número de visitantes que são provavelmente verificadas porque o turismo é altamente sensível a muitos outros fatores externos (Gunn & Var, 2002).

Nos fatores externos podem identificar-se produtores, consumidores e autoridades reguladoras (Keller, 1987).

Os empreendedores turísticos têm usualmente um papel muito importante ao introduzir novos elementos no ciclo de vida e ao ajudar a rejuvenescer partes da indústria como evidenciado em

Lancaster County (Hovinen, 2002) e na Costa Dourada da Austrália, onde em 1900 a ponta Norte era considerada o paraíso dos surfistas e na ponta Sul situavam-se todos os negócios, no entanto, devido a uma maior proximidade da ponta Sul à praia, os grandes empreendedores turísticos tornaram a ponta Sul uma zona recreativa construindo aí todas as pensões e hotéis invertendo o ciclo de vida original (Russell e Faulkner, 2004).

Não só os empreendimentos turísticos têm um papel muito importante, mas também os operadores turísticos desempenham um papel muito importante no TALC. Um estudo conduzido no Chipre em 1992 por Ioannides, indicou que um pequeno grupo de grandes operadores turísticos contribuiu significativamente para o crescimento do turismo da região através da realização de voos *charter* com pacotes de visita turísticos incluídos. Da mesma maneira, um estudo feito por Debbage (1990) sobre a Ilha do Paraíso nas Bahamas, mostrou como as empresas multinacionais controlaram e influenciaram o fluxo de visitas (Zhong et al., 2008).

No caso dos consumidores as suas preferências e necessidades são forças motrizes parciais para a ascensão e queda de um destino (Butler, 1980). Com os consumidores da indústria do turismo a procurar cada vez mais locais calmos e tranquilos onde possam desfrutar de umas férias calmas em contacto com a natureza, podemos afirmar que o turismo de natureza e o ecoturismo tornaram-se muito populares nas últimas décadas, quer em países em desenvolvimento, quer em países desenvolvidos (Zhong et al., 2008).

No que se refere às entidades reguladoras o governo tem um papel fundamental no desenvolvimento do turismo como aconteceu no Chipre, estudo conduzido por Ioannides (1992), onde o governo deu um grande incentivo ao turismo através da disponibilização de verbas destinadas ao mesmo e ao facilitar o acesso a empréstimos destinados ao turismo. Também se pode observar que o turismo nas Ilhas Solomon, Vanuatu e Papua Nova Guiné mudou radicalmente do período pré para o período pós-independência devido à maior liberdade para investir e moldar o turismo (Zhong et al., 2008).

2.4.2. Mudanças ambientais, sociais e económicas

A condição económica, social e ambiental de uma área turística vai inevitavelmente mudar ao longo do tempo, tal como a área muda entre a fase de estagnação e a fase pós-estagnação (Butler, 1980).

No contexto dos parques, segundo Boyd (2006) quando os níveis de procura estão baixos, nenhum impacto visível ocorre no meio-ambiente, no entanto, um crescimento do número de visitas a um parque significa que ainda mais infraestruturas e serviços são necessários, o que pode resultar numa transformação de um ambiente natural numa área urbanizada. Exemplo disso é o Parque Nacional de Banff no Canadá, que sofreu uma deterioração muito acentuada em resultado do impacto do Homem. Na década de 90, a cidade de Banff tinha uma população de cerca de 7600 habitantes, o que não interferia com a qualidade de vida dos habitantes do parque (Banff-Bow Valley Study, 1996), no entanto, em 2002 a população aumentou em cerca de 9000 habitantes e os habitantes não reagiram da mesma forma (Clevenger, Wierzchowski, Chruszcz, e Gunson, 2002). Da mesma maneira, as comunidades de Yellowstone sofreram um crescimento muito acentuado e descontrolado (cerca de 12% de 1990 para 1998), o que acarretou problemas ambientais associados à urbanização proveniente do turismo assim como da poluição, e problemas sociais relacionados com a criminalidade (Ansson, 1998).

Harrill (2004) conduziu um estudo para analisar a atitude dos residentes face ao desenvolvimento turístico, onde concluiu que a aceitação destes face ao turismo é positiva desde que o crescimento turístico seja feito de forma sustentável. Segundo Butler (1980), as atitudes dos locais perante os visitantes e o desenvolvimento turístico podem variar desde um sentimento de euforia, apatia, irritação para antagonismo como sugerido por Doxey (1975). Esta relação inversa entre o desenvolvimento nas fases do ciclo de vida e as atitudes dos residentes também foi apoiada por Martin e Uysal (1990). Tooman (1997) observou que sobre certas circunstâncias, o turismo torna-se um sector dominante da economia local (independentemente da fase do ciclo), no entanto, os indicadores de bem-estar social não mostram grandes melhorias. No caso do desenvolvimento económico através das seis fases propostas pelo TALC, as receitas tendem a aumentar rapidamente desde a fase de envolvimento até à fase de desenvolvimento (Zhong et al., 2008). Paralelamente, também se dá uma substituição dos investidores locais por investidores vindos de fora (Tooman, 1997), o que já não vai beneficiar financeiramente a população local. Durante a fase de consolidação, a economia local é dominada pelo setor turístico (Butler, 1980) e um pequeno grupo de grandes empreendedores tornam-se “líderes” na economia local (Tooman, 1997).

Kim, Uysal e Sirgy (2013) analisaram o impacto do turismo na qualidade de vida dos habitantes, e desenvolveram e testaram um modelo teórico que descreve como é que a percepção dos habitantes face ao turismo afeta a sua satisfação na vida em geral durante as várias fases do ciclo de vida turístico. O modelo reflete sobre três questões: (1) como é que a percepção dos residentes face ao impacto do turismo afeta o seu bem-estar em vários domínios (material, comunitário, emocional e saúde), (2) como é que o bem-estar nesses domínios afeta a sua satisfação em geral e (3) como varia a relação entre o seu bem-estar e a sua percepção dos impactos turísticos ao longo do ciclo. O estudo concluiu que a qualidade de vida dos habitantes é afetada positivamente pelo turismo quer a nível material, quer comunitário, quer emocional, no entanto é afetada negativamente a nível da saúde residentes derivado do impacto ambiental que o turismo acarreta. Em conclusão, este estudo foi de encontro a estudos anteriores que demonstraram uma relação positiva entre o turismo e o bem-estar dos cidadãos, que à medida que se apercebem do crescimento do turismo, vão melhorando gradualmente também o seu nível de vida, conforto e bem-estar. Notou uma abertura por parte dos residentes em conhecer turistas e aprender mais sobre a sua cultura assim como partilhar a deles. Por outro lado, encontrou uma relação negativa entre turismo e meio-ambiente, na medida em que os residentes são alertados para o impacto do turismo no meio-ambiente e começam a ter mais cuidado em preservar a natureza no seu estado natural de beleza e quando a região entra em declínio turístico, a comunidade local torna-se consciente do aumento da deterioração dos recursos naturais o que influencia adversamente a sua saúde e segurança.

2.5. Contribuição do empreendedorismo para o TALC

Joseph Schumpeter (1934) foi responsável por uma das maiores contribuições para o conceito de empreendedorismo ao introduzir o conceito de inovação, o que na altura pareceu muito radical especialmente para os economistas, pois ele sugeriu que um grupo de pessoas empreendedoras trouxeram um desequilíbrio dinâmico para um mundo que segundo os economistas era dominado por estabilidade e equilíbrio (Drucker, 1985). Schumpeter (1934) trouxe novos conceitos para a teoria do empreendedorismo moderno passando as pesquisas sobre empreendedorismo a incluir conceitos como criatividade, inovação e mudança. A noção criada por Schumpeter de empreendedor criativo é descrita na literatura como sendo uma “doutrina da inovação” (Cauthorn, 1989) e é hoje incluída na literatura contemporânea. Ele viu a “criatividade como sendo uma resposta” (Hatwell e Lane, 1991) à mudança, e viu isso como sendo um ato de “combinar fatores produtivos”. Segundo Cauthorn (1989), Schumpeter propôs cinco categorias de inovação:

- Produção de novos bens;
- Invenção de novos métodos de produção;
- Criação de novos mercados;
- Descoberta de novas fontes de recursos;
- Criação de novos tipos de organização.

As várias fases do modelo de ciclo de vida de Butler estão tal como a figura 4 sugere, associadas ao evento empresarial que começa a ter influência no ciclo de vida de um destino turístico desde as suas fases iniciais até ao fim/recomeço de um novo ciclo, o empreendedorismo desde cedo que se tornou um fator determinante no desenvolvimento turístico, e ainda não recebeu a atenção que merece tal como acontece noutras áreas (Russel e Faulkner, 1999; Shaw e Williams, 1998). O debate tem-se centrado em torno do que Ateljevic e Doorne (2000) denominaram “estilo de vida do empreendedorismo”, que é focado em servir mercados criados pela procura de produtos turísticos especializados (Perren et al., 2004). Empresas de pequena escala dominam os destinos turísticos e são componentes chave no progresso dessas áreas (Perren et al., 2004).

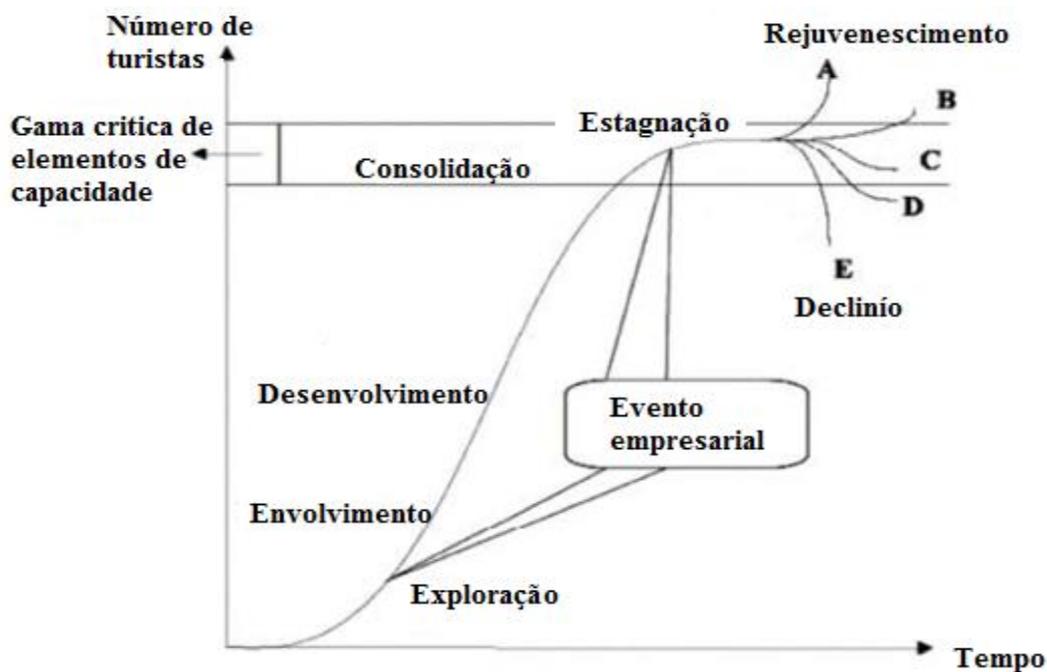


Figura 4: Ciclo de vida de um destino – Butler, 1980 em Kamat, 2010 (tradução própria)

A inovação, visão e o dom dos empresários, tal como evidenciado por exemplo por Thomas Cook que foi intitulado o “pai do turismo em massa” pois explorou a oportunidade de oferecer um destino turístico à classe trabalhadora e Walt Disney que poderia ser chamado o “pai dos parques temáticos” ao transformar terras baldias em oásis que atraem milhares de turistas (Russell e Faulkner, 2004). Estes empresários moldaram o turismo mostrando a forma como meia dúzia de empresários podem fazer a diferença no setor económico. Os empresários são geralmente agentes cruciais na transição entre fases do modelo de Butler e no desenvolvimento turístico, assumindo grande importância na forma da curva do TALC (Butler, 2006b). “De facto, o momento decisivo na maioria dos destinos turísticos, pode ser atribuído às consequências dos empresários que atualizaram o seu potencial turístico” (McKercher, 1999: pp. 427). “Devido à recusa destes empresários em restringir-se aos moldes tradicionais, e em seguir as regras de jogo, foram vistos como foras-da-lei.” (Butler, 2006b: pp.105). Sendo estes vistos como foras-da-lei foram deixados de fora da literatura sobre turismo e não assumiram a devida importância como uma variável determinante no desenvolvimento turístico. Russel (1999) discute a Teoria da Complexidade e do Caos que leva a um bom entendimento do comportamento dos empresários e em 2004 num artigo por ele escrito, exemplifica com a Costa Dourada na Austrália onde em 1900 a ponta norte era considerada o paraíso dos surfistas e na ponta sul situavam-se

todos os negócios, no entanto, devido a uma maior proximidade da ponta sul à praia, os grandes empreendedores turísticos tornaram a ponta sul uma zona recreativa construindo aí todas as pensões e hotéis invertendo o seu ciclo de vida original (Russell e Faulkner, 2004).

Knight (1921 em Hartwell e Lane, 1991:32) atribuiu aos empreendedores a coragem para arriscar no incerto, envolvendo as suas decisões recursos que vão ser usados somente no futuro, num mundo cujo futuro é imprevisível.

O empreendedorismo no turismo é induzido por condições favoráveis no ciclo macroeconómico, social e político (Argawal, 2002; Haywood, 1998; Lerner e Harber, 2000). Tanto o turismo, como o empreendedorismo, reagem com grande vigor e de forma imediata aos eventos inesperados que vão acontecendo, respondendo de forma recíproca, transformando circunstâncias emergentes em oportunidades (Butler, 2006b).

Butler (2006b) definiu um empreendedor como o indivíduo que tem o seguinte conjunto de comportamentos:

- Tem a habilidade de constatar circunstâncias e necessidades;
- Tem recursos para avaliar, responder e criar oportunidades;
- Tem a confiança e a criatividade para pensar além das convenções;
- Vive o seu sonho com confiança;
- Tem e procura sempre mais conhecimento relevante para o seu campo de ação;
- Tem objetivos bem-definidos, assim como o percurso para os atingir;
- Não é detido por questões temporais, pensa positivo;
- Tem qualidades humanas, é persuasivo;
- Consegue cimentar um bom suporte financeiro e organizacional;
- É energético;
- Tem uma boa base familiar e social;
- Tem a habilidade para usar a sua vantagem ou, pelo menos, não se deixa distrair pela presença de ocorrências inesperadas.

E o reconhecimento da importância deste “empreendedor” definido por Butler (2006) tem vindo a crescer paralelamente com a indústria do turismo nos últimos anos (Morrison, 2006). Na última década foi testemunhado o poder da atividade empreendedora, por exemplo, reservas em agências de viagens e mesmo de voos passaram a poder ser feitas pela internet, no entanto, isto não reflete o setor como um todo. Internacionalmente, a indústria do turismo continua a depender da falta de dinamismo empresarial em comparação com outros setores (Page et al., 1999; Morrison e Teixeira, 2004). A maioria das empresas ligadas ao setor do turismo, pertencem ainda a famílias locais em que o dono-gerente limita muito o volume de negócios e horizontes da sua empresa (Morrison, 2006).

Morrison (2006) propôs uma estrutura sistemática para pequenas empresas familiares, visto o turismo mundial depender ainda em muito dessas empresas, que começa como consequência dos resultados socioeconómicos dos empreendedores e progride até se considerar o impacto da cultura, definição da indústria e contexto organizacional (figura 5).

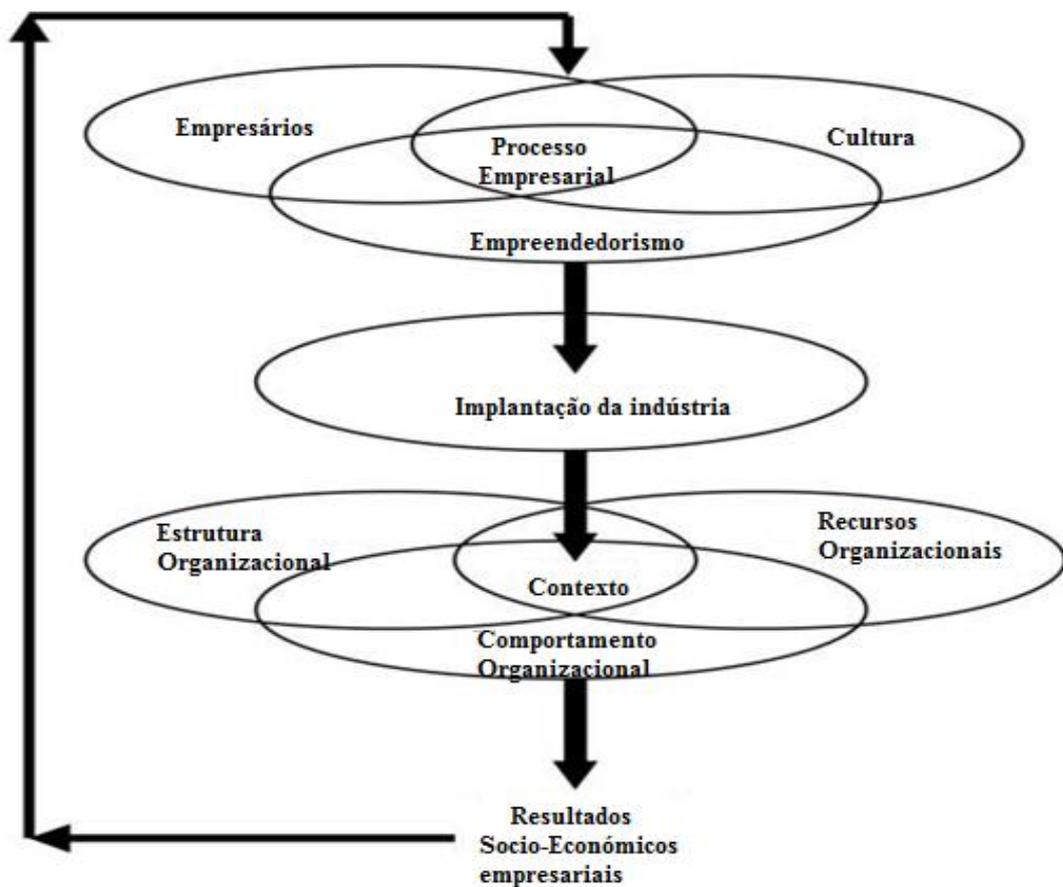


Figura 5: Modelo de empreendedorismo para pequenas empresas familiares – Morrison, 2006 (tradução própria)

O ciclo de empreendedorismo de Morrison vai-se sempre repetindo dependendo dos diferentes resultados socioeconómicos e funciona como um filtro na melhoria do desempenho da indústria.

O empreendedorismo tornou-se o ponto central de pesquisa nos estudos de turismo no setor de pequenos negócios. (Williams et al., 1989; Shaw e Williams, 1990, 1998; Wanhill, 1996; Morrison et al., 2010). Morrison revê e analisa todos os estudos relacionados com os pequenos negócios no turismo, no seu artigo de 2010, e conclui que os pequenos negócios que se têm aguentado são dominantes e representam a chave de distinção entre os recursos dos diferentes destinos turísticos. Conclui também que apesar da fragilidade e natureza ortodoxa associada aos seus modelos de negócio, individual ou coletivos, eles são vistos como poderosos agentes de transformação social, económica e política (Morrison et al., 2010).

2.6. MAPT

O Modelo de Análise do Processo Turístico (MAPT) foi elaborado tendo por base o modelo de Lourenço (2003) que analisa o ciclo de vida de áreas de expansão urbana, aliado à avaliação dos processos de desenvolvimento urbano, e foi proposto em 2008 por Daniela Alvares resultante da desvalorização da dinâmica inerente ao turismo por parte dos modelos de ciclo de vida em turismo propostos até então, que eram delineados tendo como base a variável crescimento turístico e usando como único indicador o número de visitantes. O MAPT foi proposto tendo como elementos fulcrais o planeamento turístico, os investimentos públicos no turismo e o crescimento da atividade turística. (Alvares, 2008).

O MAPT pretendeu contribuir para uma maior aplicação dos modelos de ciclo de vida do turismo, associado à análise de processos. Neste contexto, Gonçalves e Águas (1997) estabelecem que, apesar do conceito de ciclo de vida estar bastante difundido, tanto ao nível do marketing, como do posicionamento estratégico, verificam-se dificuldades em operacionalizar o mesmo. Desta forma, o MAPT, a partir da sua conceção teórica, da definição de variáveis e indicadores, da modelação e da validação, apresenta-se como um modelo capaz de proporcionar suporte a estes estudos. (Alvares, 2008)

O MAPT é composto por três variáveis (planeamento turístico, investimentos públicos e crescimento turístico) e seus respetivos indicadores. As variáveis contemplam universos administrativos, políticos, ambientais, económicos e socioculturais durante um período de tempo de 20 a 30 anos. Os contextos ambientais e socioculturais estão complementados no planeamento turístico. O investimento público no turismo e o crescimento turístico representam os aspetos económicos quer público quer privado. O MAPT pode ser elaborado graficamente da seguinte forma: no eixo das ordenadas a variável intensidade do ciclo (IC) e no eixo das abcissas a variável tempo (t). De realçar que o MAPT é um instrumento de análise que conjuga a avaliação de ciclos de vida e avaliações de processos de desenvolvimento turístico e pode ser utilizado por gestores públicos em turismo, futuros empreendedores turísticos, assim como estudantes da área, seja em análises de fundo teórico ou, preferencialmente, em investigações aplicadas a estudos de destinos turísticos (Alvares, 2008).

2.7. O MAPT e o modelo de Butler (1980)

O MAPT pode ser relacionado com as fases do ciclo de vida estabelecido por Butler de acordo com a figura 6. Na primeira fase do MAPT, a atividade turística inicia-se ou começa a ser prevista constituindo o que Butler (1980) denomina como fase de exploração e fase de envolvimento. A segunda fase do MAPT refere-se às fases de desenvolvimento e consolidação de Butler (1980). A terceira fase do MAPT configura-se com a fase de estagnação de Butler (1980) e a quarta fase do MAPT relaciona-se com a fase de declínio de Butler (1980). O início de um novo ciclo previsto no MAPT relaciona-se com a fase de rejuvenescimento de Butler (1980) (Alvares, 2008).

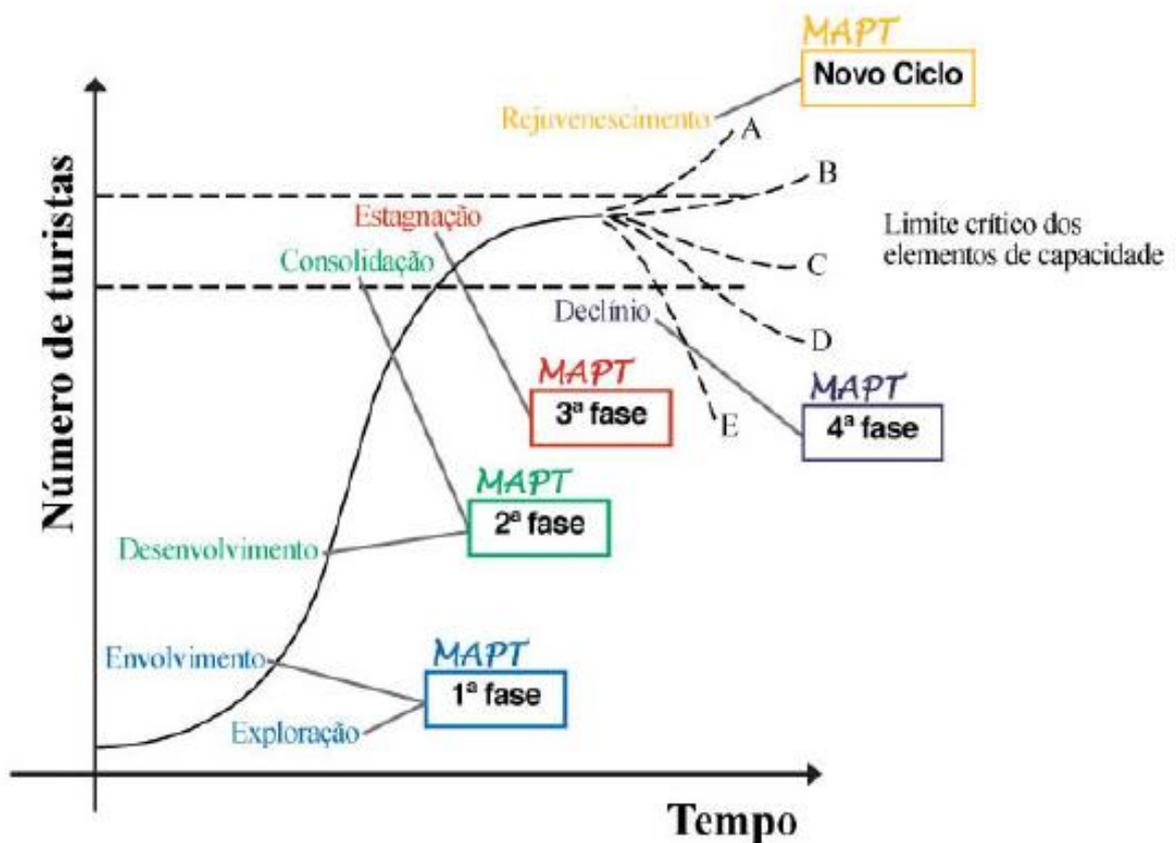


Figura 6: Modelo de Butler (1980) e relações com o MAPT (Alvares, 2008)

O MAPT traz contribuições à operacionalidade de análises sobre as fases do ciclo de vida de Butler por considerar e analisar mais variáveis de desenvolvimento turístico, constituindo assim um modelo mais completo que o de Butler (1980), visto permitir análises mais complexas sobre os sistemas turísticos, a partir da modelação de três variáveis, avaliadas pelos respectivos indicadores. Desta forma, o MAPT possibilita o entendimento mais aprofundado sobre os processos

de desenvolvimento turístico, e consequente avaliação sobre em qual fase do ciclo de vida se encontra determinado destino turístico (Alvares, 2008).

2.8. Síntese

O TALC pode-se dividir em 6 fases: Exploração, Envolvimento, Desenvolvimento, Consolidação, Estagnação e na última fase existem 3 cenários possíveis: (1) Rejuvenescimento em que o número de turistas continua a aumentar, (2) Declínio onde o número de turistas diminui e (3) é possível um cenário entre estes dois extremos (Tooman, 1997).

O modelo foi aplicado a diferentes tipos de atrações e recursos turísticos (ex. ilhas, praias e destinos montanhosos) em diferentes perspetivas (ex. validade e aplicabilidade do TALC, Agarwal, 1997; mudanças sociais, ambientais e/ou económicas e como se relacionam com cada fase do modelo, Berry, 2001; Hovinen, 2002; Tooman, 1997; e planeamento turístico (Getz, 1992; Bao e Zhang, 2006; etc.). Se as áreas protegidas são um destino turístico, é razoável afirmar que o modelo TALC de Butler pode ser aplicado a estas (Boyd, 2006). No quadro 1 apresentou-se uma síntese de 42 trabalhos realizados relacionados com o TALC, onde podemos dar destaque ao estudo feito no Parque Nacional Florestal de Zhangjiajie na China conduzido por Zhong, Deng e Xiang em 2008, onde foi examinada a aplicabilidade do TALC no Parque Nacional Florestal de Zhangjiajie, analisando a contribuição dos fatores internos e externos para o desenvolvimento turístico, e analisando de que forma as mudanças ambientais, sociais e económicas afetaram a área em estudo. Foram encontradas as primeiras 4 fases do TALC, e concluído que o destino se encontrava na fase de “consolidação”. O governo e os setores privados ligados ao turismo foram os motores para o desenvolvimento turístico e transição entre fases.

O TALC é influenciado por diversos fatores que segundo Agarwal (1997), se podem categorizar em dois grupos: fatores internos e externos. Fatores internos incluem os que são inerentes ao destino, tais como, a atitude dos residentes face ao turismo e a deterioração gradual dos recursos turísticos (Zhong et al., 2008). Nos fatores externos podem identificar-se produtores, consumidores e autoridades reguladoras (Keller, 1987).

No contexto dos parques, um estudo feito por Boyd (2006) sobre o estabelecimento e desenvolvimento dos Parques Nacionais do Canadá encaixou nas seis fases propostas pelo TALC, no entanto o autor afirma que notou alguma dificuldade em determinar “onde os casos individuais podem ser melhor representados dentro do modelo” (pp. 138). Boyd (2006) defende que quando os níveis de procura estão baixos, nenhum impacto visível ocorre no meio-ambiente, no entanto, um crescimento do número de visitas a um parque significa que ainda mais infraestruturas e

serviços são necessários, o que pode resultar na transformação de um ambiente natural numa área urbanizada.

Os empreendedores turísticos têm usualmente um papel muito importante ao introduzir novos elementos no ciclo de vida e ao ajudar a rejuvenescer partes da indústria como evidenciado em Lancaster County (Hovinen, 2002) e na Costa Dourada da Austrália (Russell e Faulkner, 2004). A condição económica, social e ambiental de uma área turística vai inevitavelmente mudar ao longo do tempo tal como a área muda entre a fase da estagnação e a fase pós-estagnação (Butler, 1980). O empreendedorismo no turismo é induzido por condições favoráveis no ciclo macroeconómico, social e político (Argawal, 2002; Haywood, 1998; Lerner e Harber, 2000). Tanto o turismo como o empreendedorismo reagem com grande vigor e de forma imediata aos eventos inesperados que vão acontecendo, respondendo de forma recíproca, transformando circunstâncias emergentes em oportunidades (Butler, 2006b). Knight (1921 em Hartwell & Lane, 1991:32) atribui aos empreendedores a coragem para arriscar no incerto, envolvendo as suas decisões recursos que vão ser usados somente no futuro num mundo cujo futuro é imprevisível.

Os modelos de ciclo de vida em turismo, de uma forma geral, não tinham em consideração a estrutura, processos e dinâmica inerente à atividade turística. O Modelo de Análise do Processo Turístico (MAPT) foi elaborado tendo por base o modelo de Lourenço (2003) que analisa o ciclo de vida de áreas de expansão urbana, aliado à avaliação dos processos de desenvolvimento urbano, e foi proposto em 2008 por Daniela Alvares resultante da desvalorização da dinâmica inerente ao turismo por parte dos modelos de ciclo de vida em turismo propostos até então, que eram delineados tendo como base a variável crescimento turístico e usando como único indicador de crescimento turístico o número de visitantes (Alvares, 2008).

O MAPT é composto por três variáveis (planeamento turístico, investimentos públicos e crescimento turístico) e seus respetivos indicadores. As variáveis contemplam universos administrativos, políticos, ambientais, económicos e socioculturais durante um período de tempo de 20 a 30 anos. Os contextos ambientais e socioculturais estão complementados no planeamento turístico. O investimento público no turismo e o crescimento turístico representam os aspetos económicos quer público quer privado.

O MAPT pode ser relacionado com as fases do ciclo de vida estabelecido por Butler (1980). Na primeira fase do MAPT a atividade turística inicia-se ou começa a ser prevista constituindo o que Butler (1980) denomina como fase de exploração e fase de envolvimento. A segunda fase do MAPT refere-se às fases de desenvolvimento e consolidação de Butler (1980). A terceira

fase do MAPT configura-se com a fase de estagnação de Butler (1980) e a quarta fase do MAPT relaciona-se com a fase de declínio. O início de um novo ciclo previsto no MAPT relaciona-se com a fase de rejuvenescimento de Butler (1980) (Alvares, 2008).

3. TURISMO NO PNPG

3.1. Introdução

O valor simbólico do campo e da natureza tem crescido à medida do ritmo desenfreado de crescimento urbano que marcou o século XX. As cidades transformaram-se no espaço de referência dos cidadãos (Riedl et al., 2002). Ribeiro (2000) sublinha duas importantes dimensões deste fenómeno: “(1) a continuada, acelerada, quase desordenada e muitas vezes errática e incontrolada, expansão dos territórios urbanos; e (2) a concentração espacial de gentes e atividades, uma concentração que na Europa se traduz no facto de mais de 80% da sua população atual viver em cidades, e estas, por sua vez, representarem menos de 20% do respetivo território”.

As políticas de desenvolvimento rural dão, cada vez mais, destaque e importância ao Turismo, sendo visto como uma “receita” prioritária para inverter as tendências negativas que se podem observar nas áreas rurais (Ribeiro e Marques, 1999).

O turismo de natureza “tem vindo a tornar-se cada vez mais importante, em especial no que concerne à procura de Espaços Naturais Protegidos” (Riedl et al., 2002), sendo ainda relativamente recente no contexto de Portugal.

A maior atração turística no PNPG foi desde sempre a estância termal do Gerês, esta procura acentuou-se com a criação do Parque em 1971, “O PNPG é hoje reconhecido como um importante local de atração turística, com impactos em todos os seus municípios, assim como nos municípios vizinhos e na região Norte como um todo” (ADERE-PG, 1999: 204).

Neste capítulo vai ser analisada a procura turística do Parque Natural de Montesinho (PNM), dada a pesquisa realizada por Franzotti (2002) sobre essa mesma procura que se considera semelhante à do PNPG, será identificado o turista-tipo, será abordada a situação do turismo no PNPG até 1997 e analisada a capacidade de alojamento, a taxa bruta de ocupação de cama, a oferta turística, o número de dormidas, a estada média e a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG, no período compreendido entre 1997 e 2013.

3.2. Procura turística no PNM e turismo no PNPG até 1997

A procura turística em destinos rurais tal como o PNPG, tem aumentado à medida que aumenta o interesse por áreas calmas e com ambientes bem preservados, pelo que, a situação do PNPG é semelhante à do Parque Nacional de Montesinho (PNM).

Inquéritos realizados por Franzotti (2002) aos visitantes do Parque Nacional de Montesinho (PNM), localizado no Nordeste de Portugal, permitiram tirar as seguintes conclusões:

- Os principais fatores de atração do PNM são a possibilidade de “contacto com a natureza”, “apreciação de paisagens” e “desfrute de ar puro”, assim como a “tranquilidade para descontrair” (pp. 110);
- Os turistas apreciam a oportunidade para realizar passeios a pé, de bicicleta, todo-o-terreno, as visitas às aldeias da montanha para conhecimento da arquitetura popular tradicional e contacto com a vida local, gastronomia e artesanato (pp. 117-121);
- Os turistas são, no geral, relativamente jovens, de ambos os sexos, geralmente instruídos (dominando as formações superiores) e com rendimentos económicos relativamente elevados, ou seja, com considerável poder de compra. Por outro lado, deslocam-se predominantemente em viatura própria e permanecem por pouco tempo (pp. 122-127);
- Os turistas procuram sobretudo um alojamento simples e de preço moderado, do tipo casa-abrigo ou pousada de juventude, o que resulta do seu perfil jovem e das suas motivações, bem como da própria escassez da oferta convencional. Assim, as despesas em alojamento tendem a ser moderadas (pp. 127-128);
- No que toca a outros tipos de despesas, são sobretudo dirigidas para a alimentação e bebidas. A compra de artesanato e outros produtos locais (mel, enchidos, queijo, etc.) é pouco significativa, porventura devido ao curto tempo de permanência e à fraca organização da oferta local (pp. 129-132).

A procura turística no PNPG é relativamente semelhante à do PNM. Em 1999 o PNPG já recebia cerca de um milhão de visitantes por ano, sendo o quarto destino turístico mais popular do país (Michell, 1999). Segundo a ADERE-PENEDA GERÊS (1999), o número de dormidas na hotelaria, cresceu 24% entre 1987 e 1997, apresentando o concelho de Terras de Bouro, um crescimento de 30%. O turista-tipo do PNPG foi identificado como sendo jovem, com idade compreendida entre os 20 e 45 anos, com educação média a superior e com ocupação profis-

sional de nível elevado que procura sobretudo oportunidades de contacto com o ambiente natural e um local tranquilo para descansar. Os gastos dos turistas foram também identificados concentrando-se sobretudo no alojamento e na alimentação e deslocação para o local de férias, realçando assim a incapacidade da região em aliciar os turistas a gastar dinheiro pois só gastam no estritamente necessário.

3.3. Situação Turística de 1997 a 2008

Vai ser abordada a situação do turismo no PNPG de uma forma geral no período compreendido entre 1997 e 2008, analisando a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG e a sua taxa bruta de ocupação de cama.

De acordo com o gráfico 1, entre 1997 e 2008, verificou-se um aumento muito pouco significativo da capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros nos concelhos pertencentes ao PNPG, sendo apenas importante destacar o concelho de Terras de Bouro que teve um aumento de 30% e representa 65% da capacidade de alojamento do PNPG. Neste período o PNPG passou de 1234 camas em 1997 para 1906 camas em 2008.

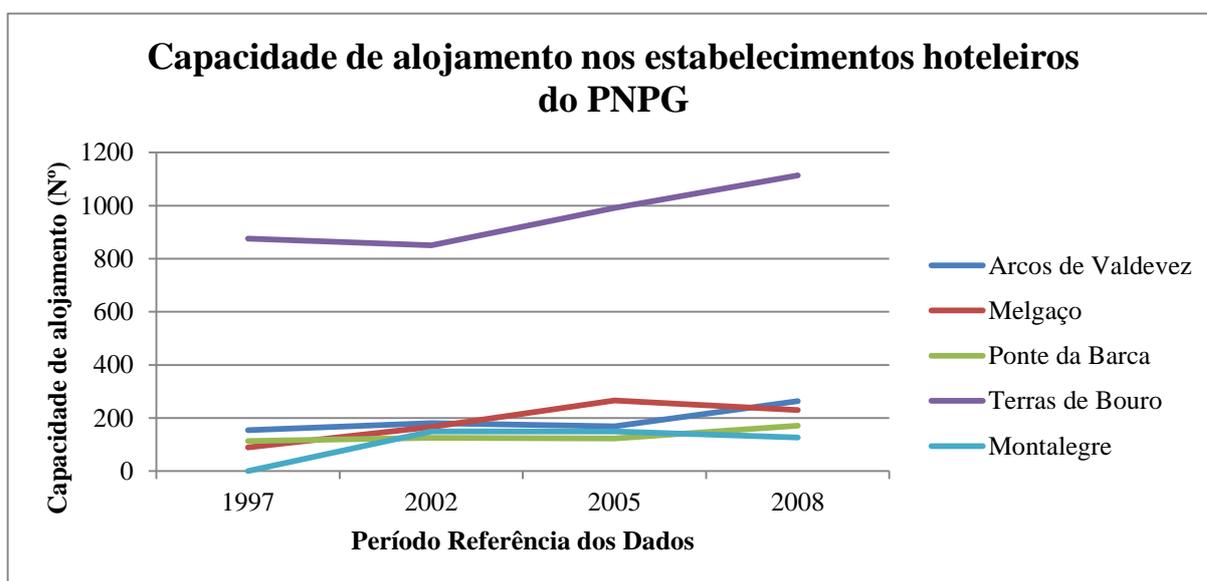


Gráfico 1: Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 1997 e 2008 (fonte: INE)

Analisada a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, resta analisar a taxa bruta de ocupação de cama.

No gráfico 2 apresenta-se a variação da taxa bruta de ocupação de cama nos estabelecimentos hoteleiros entre 1997 e 2008.

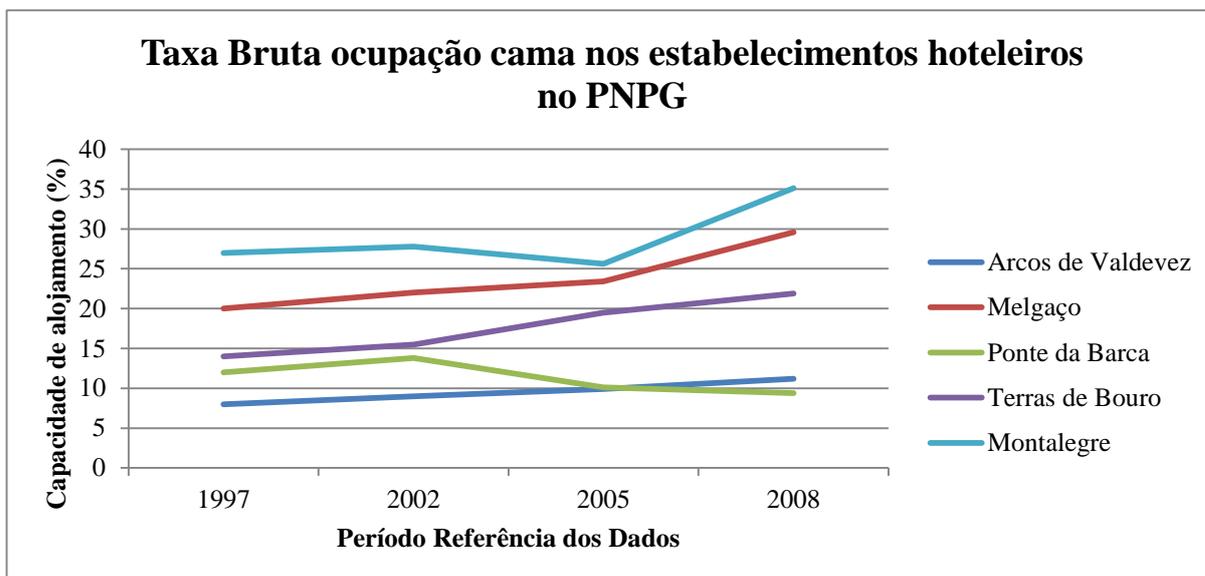


Gráfico 2: Taxa Bruta de ocupação de cama nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 1997 e 2008 (fonte: INE)

Da análise do gráfico 2, constata-se que a taxa bruta de ocupação de cama nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG, no período em análise, aumentou significativamente nos concelhos de Montalegre, passando de 27% para 35,1% em 2008 e registando o maior aumento, Melgaço e Terras do Bouro. No concelho de Arcos de Valdevez aumentou gradualmente de 8 para 11,2% e em Ponte da Barca, a taxa bruta de ocupação de cama diminuiu de 12% em 1997 para 9,4% em 2008.

A análise conjunta de ambos os gráficos permite concluir que o turismo no PNPG, de uma forma geral, cresceu neste período.

3.4. Situação Turística de 2009 a 2013

No presente capítulo é analisada a situação turística do PNPG de 2009 a 2013, e importa também perceber como variou a oferta turística em geral no Norte do país. O gráfico 3 vai de encontro a isso e representa a variação da oferta turística entre 2002 e 2012 no Norte do país.

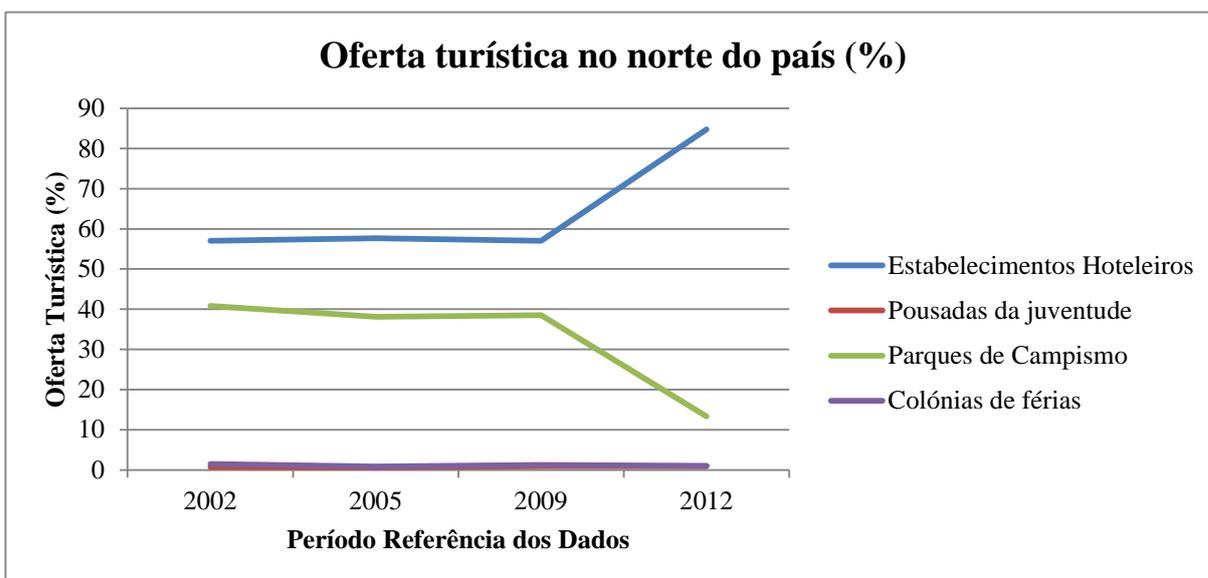


Gráfico 3: Oferta turística no Norte do país entre 2002 e 2012 (fonte: INE)

De acordo com a informação contida no gráfico 3, a oferta turística no Norte do país aumentou nos estabelecimentos hoteleiros, tendo estes ganho mais popularidade em detrimento das pousadas da juventude, parques de campismo e colónias de férias. Em 2009 houve o maior aumento de estabelecimentos hoteleiros, passando de 58,9% para 83% da percentagem de oferta turística no norte do país, sendo que esta diferença, notou-se mais acentuadamente devido aos parques de campismo, tendo baixado nestes de 38,8% para 14,5%. Este facto prendeu-se com a abertura de novos estabelecimentos hoteleiros e não com o encerramento de parques de campismo. Embora esta tenha aumentado nos últimos anos, o número de estabelecimentos hoteleiros do PNPG, manteve-se praticamente constante como se verifica no gráfico 4:

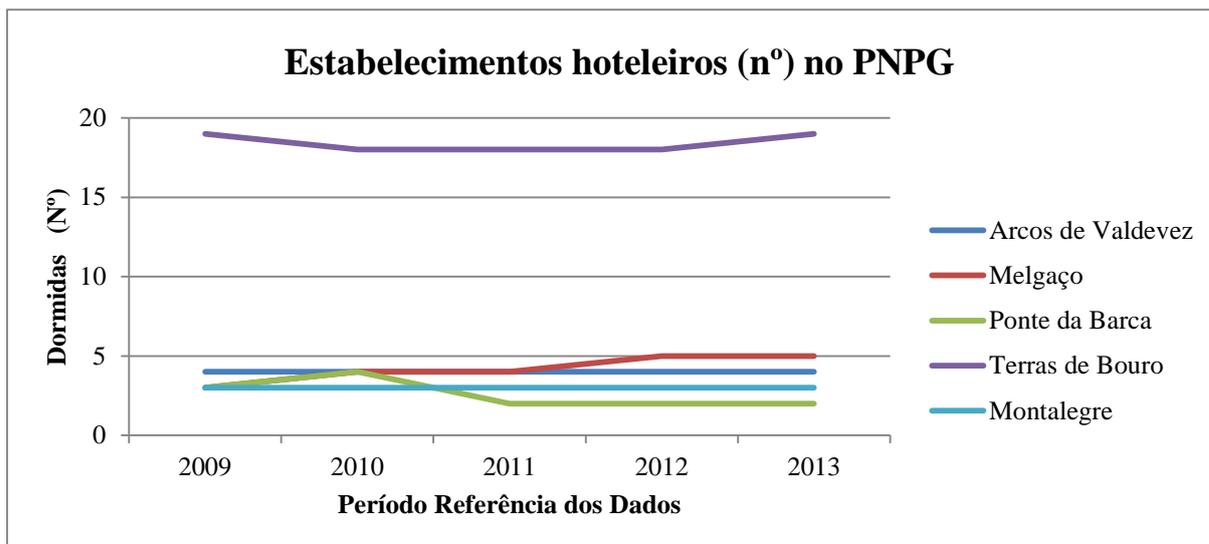


Gráfico 4: Número de estabelecimentos hoteleiros no PNPG entre 2009 e 2013 (fonte: INE)

Em 2013, o concelho com mais estabelecimentos hoteleiros é o concelho de Terras do Bouro com 19 e o concelho com menos estabelecimentos hoteleiros é o concelho de Ponte da Barca com 2, segue-se o concelho de Montalegre com 3, o de Arcos de Valdevez com 4 e por fim o de Melgaço com 5.

No gráfico 5 mostra-se a variação da capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2009 e 2013.

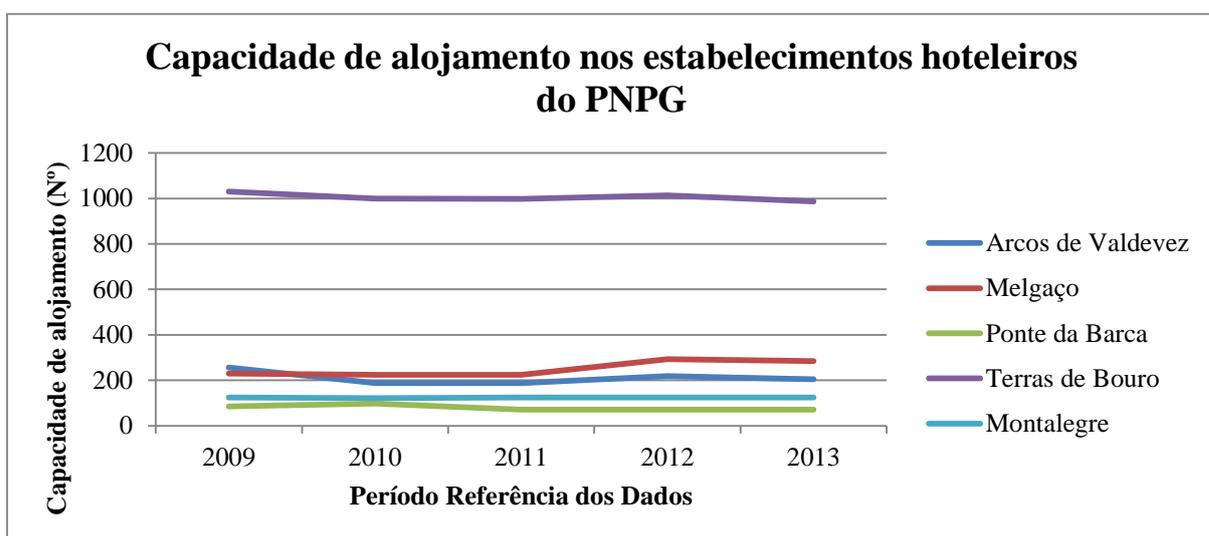


Gráfico 5: Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2009 e 2013 (fonte: INE)

A capacidade de alojamento como se verifica no gráfico 5 regrediu neste período passando de 1726 camas em 2009 para 1672 camas em 2013. O que vai de encontro ao número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da região que sofreu um pequeno declínio no concelho de Terras do Bouro, representado este o concelho mais influente no turismo do PNPG, e manteve-se praticamente constante nos outros concelhos, tendo tido uma quebra em Montalegre, mas depois recuperado tal como evidencia o gráfico 6.

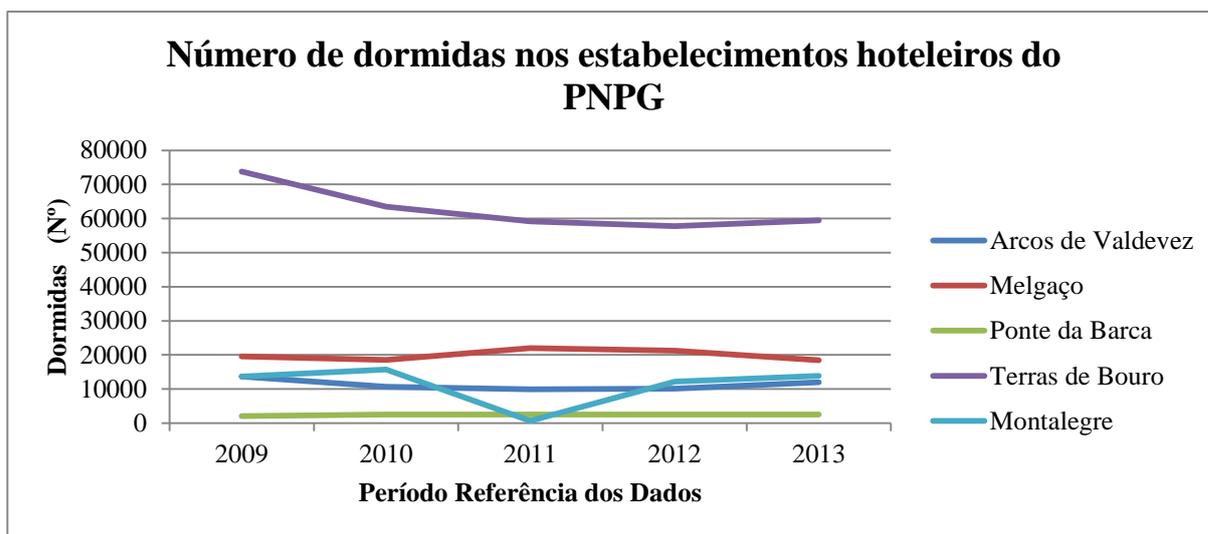


Gráfico 6: Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2009 e 2013 (fonte: INE)

O gráfico 7 contém informações relativas à estada média dos empreendimentos turísticos no período compreendido entre 2009 e 2013.

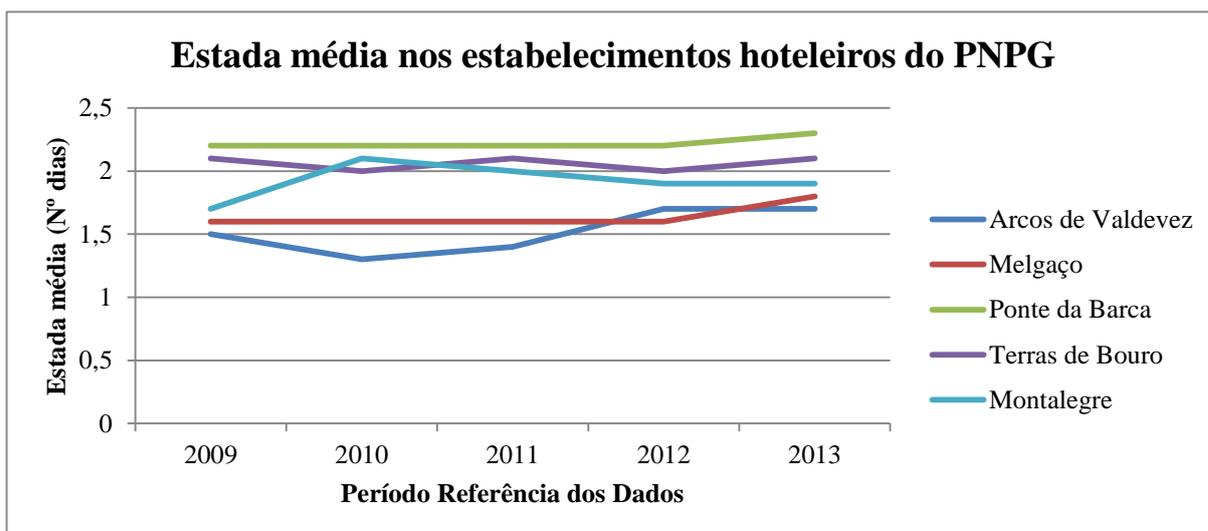


Gráfico 7: Estada média (em dias) nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2009 e 2013 (fonte: INE)

De acordo com o gráfico 7, verifica-se que a estada média mais longa se regista no concelho de Ponte da Barca um pouco acima dos 2 dias, e a mais baixa no concelho de Arcos de Valdevez com uma estada média de cerca de 1,5 dias. A estada média de uma forma geral manteve-se praticamente constante em todos os concelhos pertencentes ao PNPG entre 2009 e 2013 e representa uma estada média baixa (em média 1,9 dias), mostrando incapacidade em “segurar” os hóspedes pelas entidades competentes turísticas e empreendimentos turísticos da região, principalmente no concelho de Terras de Bouro que é um destino turístico termal e normalmente os tratamentos termais têm uma duração de 14 dias (Termas do Gerês, 2014).

O gráfico 8 representa a proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2002 e 2013. Esta informação foi obtida através de inquéritos à permanência de hóspedes e outros dados hoteleiros pelo INE.

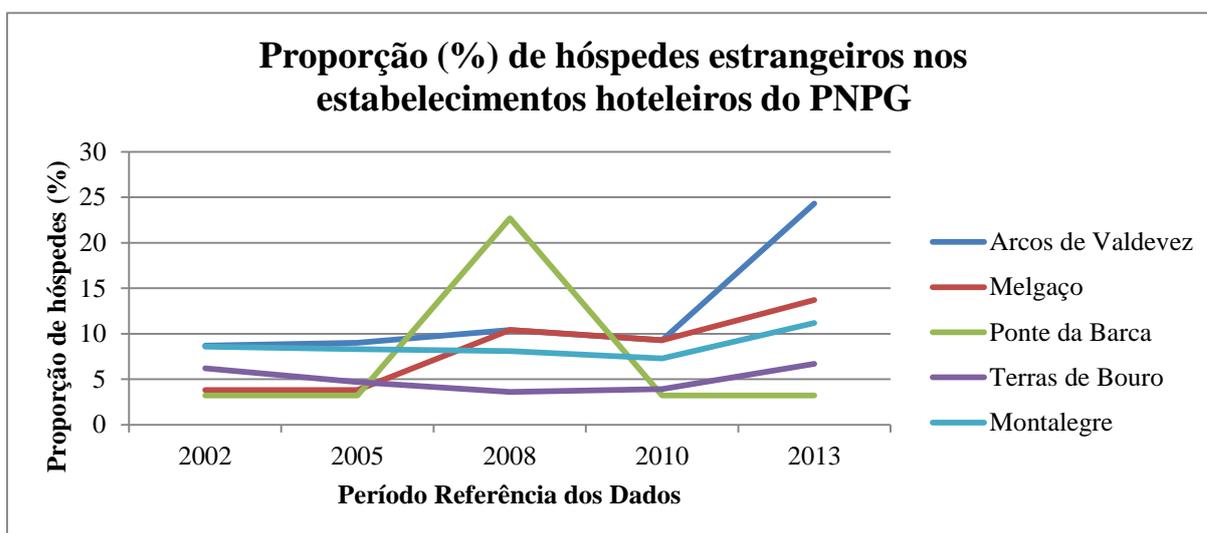


Gráfico 8: Proporção (%) de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG entre 2002 e 2013 (fonte: INE)

Da análise do gráfico 8, verifica-se que o maior aumento na proporção de hóspedes estrangeiros se verificou no concelho de Arcos de Valdevez, tendo atingido 24,3% de hóspedes estrangeiros em 2013. A proporção de hóspedes estrangeiros nos concelhos de Terras de Bouro, Montalegre e Melgaço têm-se mantido praticamente constante com respetivamente 6,2%, 8,6% e 13,7% em 2013. O concelho de Ponte da Barca apresenta um comportamento diferente, tendo atingido um pico de hóspedes estrangeiros em 2008 provavelmente devido a algum congresso, e depois decrescido novamente para valores muito baixos com o valor de 3,2% em 2013, no entanto, nota-se um aumento geral do número de hóspedes estrangeiros a partir de 2010.

Em 2010, segundo informações do ICNF, e de acordo com o quadro 3, também disparou o número de visitantes que contactaram o PNPG depois de uma grande quebra em 2008:

Quadro 3: Número de visitantes que contactaram o PNPG entre 1996 e 2012.

Ano	Nº
1996	43,686
1997	42,852
1998	32,479
1999	38,642
2000	33,122
2001	20,868
2002	29,113
2003	29,673
2004	25,644
2005	35,018
2006	37,08
2007	33,412
2008	6,468
2009	7,192
2010	48,433
2011	61,817
2012	58,887
TOTAL:	584,386

Fonte: ICNF

De realçar que em 5 anos a percentagem de hóspedes estrangeiros em Terras do Bouro quase que duplicou, constituindo este o concelho mais significativo em termos de turismo no PNPG, o que significa que os esforços de publicidade e visibilidade por parte das entidades competentes do PNPG em conjugação com a classificação do PNPG como Reserva Mundial da Biosfera em 2009 pela UNESCO, está a gerar efeitos que também levou a um grande aumento do número de visitantes que contactaram o PNPG em 2010.

3.5. Síntese

Em 1999 o PNPG já recebia cerca de um milhão de visitantes por ano, sendo o quarto destino turístico mais popular do país (Michell, 1999). Segundo a ADERE-PENEDA GERÊS (1999), o número de dormidas na hotelaria, cresceu 24% entre 1987 e 1997, apresentando o concelho de Terras de Bouro, um crescimento de 30%. O turista-tipo foi identificado como sendo jovem, com idade compreendida entre os 20 e 45 anos, homem ou mulher, casado e com filhos ou solteiro, português ou estrangeiro, com educação média a superior e com ocupação profissional de nível elevado que procura sobretudo oportunidades de contacto com o ambiente natural e um local tranquilo para descansar. Os gastos dos turistas foram também identificados concentram-se sobretudo no alojamento e na alimentação, deslocação para o local de férias, artesanato e lembranças, realçando assim a incapacidade da região em aliciar os turistas a gastar dinheiro.

O turismo foi crescendo de uma forma geral no PNPG até 2008, apresentando-se no quadro 4 e 5 a situação turística nos 5 concelhos pertencentes ao PNPG, respetivamente, Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras do Bouro, em 2009 relativa ao número de estabelecimentos hoteleiros, proporção de hóspedes estrangeiros, capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros e número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros.

Quadro 4: Número de estabelecimentos hoteleiros, número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros e percentagem de hóspedes estrangeiros nos 5 concelhos pertencentes ao PNPG (2009).

	Estabelecimentos Hoteleiros (nº)	Hóspedes (nº) nos estabelecimentos hoteleiros	Percentagem de hóspedes estrangeiros (%)
Arcos de Valdevez	4	9063	10,4
Melgaço	3	s/d	10,4
Ponte da Barca	3	876	22,7
Terras do Bouro	19	35048	3,6
Montalegre	3	8196	8,1

Fonte: INE

s/d – sem dados

Quadro 5: Capacidade de alojamento e número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros dos 5 concelhos pertencentes ao PNPG (2009).

	Capacidade de alojamento (nº) nos estabelecimentos hot.	Dormidas (nº) nos estabelecimentos hoteleiros
Arcos de Valdevez	256	13717
Melgaço	230	19532
Ponte da Barca	85	2029
Terras do Bouro	1030	73811
Montalegre	125	13717

Fonte: INE

Da análise dos quadros 4 e 5 relativos a 2009, verifica-se que Terras do Bouro é sem dúvida o concelho mais desenvolvido turisticamente do PNPG, pois possui mais estabelecimentos hoteleiros que os outros 4 concelhos juntos. O concelho que apresenta maior proporção de hóspedes estrangeiros é o concelho de Ponte da Barca. Melgaço, Montalegre e Ponte da Barca têm todos 3 estabelecimentos hoteleiros, no entanto, Melgaço possui o triplo de capacidade de alojamento que Ponte da Barca.

Terras do Bouro apresenta apenas uma percentagem de hóspedes estrangeiros de 3,6%, e regista um número de dormidas superior às 70.000, logo uma maior atração e visibilidade por parte do público estrangeiro em relação ao PNPG iria resultar num grande aumento destes números e iria sem dúvida impulsionar ainda mais o turismo no concelho de Terras do Bouro, pois este é já o concelho mais significativo em termos turísticos e apresenta uma percentagem de hóspedes estrangeiros muito baixa.

De 2009 até 2013, a capacidade de alojamento manteve-se praticamente constante, tendo até decrescido em alguns concelhos, tal como o número de dormidas, registando-se apenas um aumento considerável do número de hóspedes estrangeiros o que significa que os esforços de publicidade e visibilidade por parte das entidades competentes do PNPG em conjugação com a classificação do PNPG como Reserva Mundial da Biosfera em 2009 pela UNESCO, está a gerar efeitos.

Nos quadros 6 e 7 apresenta-se a situação turística do PNPG em 2013.

Quadro 6: Número de estabelecimentos hoteleiros, número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros e percentagem de hóspedes estrangeiros nos 5 concelhos pertencentes ao PNPG (2013).

	Estabelecimentos Hoteleiros (n°)	Hóspedes (n°) nos estabelecimentos hoteleiros	Percentagem de hóspedes estrangeiros (%)
Arcos de Valdevez	4	6830	24,3
Melgaço	5	10252	13,7
Ponte da Barca	2	...	3,2
Terras do Bouro	19	28425	6,7
Montalegre	3	7223	11,2

Fonte: INE

Quadro 7: Capacidade de alojamento e número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros dos 5 concelhos pertencentes ao PNPG (2013).

	Capacidade de alojamento (n°) nos estabelecimentos hot.	Dormidas (n°) nos estabelecimentos hoteleiros
Arcos de Valdevez	204	11942
Melgaço	285	18490
Ponte da Barca	71	2565
Terras do Bouro	987	59492
Montalegre	125	13872

Fonte: INE

Da análise dos quadros 6 e 7, pode-se constatar que o número de estabelecimentos hoteleiros manteve-se igual em Arcos de Valdevez, Montalegre e Terras do Bouro, aumentou de 3 para 5 em Melgaço e decresceu de 3 para 2 em Ponte da Barca. O número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros aumentou cerca de 15% em Montalegre e decresceu em todos os outros concelhos, tendo decrescido cerca de 25% no concelho de Terras do Bouro. A percentagem de hóspedes estrangeiros aumentou em todos os concelhos com exceção de Ponta da Barca que decresceu de 22,7% para 3,2%. O maior aumento registou-se em Arcos de Valdevez tendo passado de 10,4% para 24,3%. A capacidade de alojamento decresceu em Arcos de Valdevez, em Ponte da Barca e em Terras do Bouro, no entanto, foi uma descida pouco significativa, manteve-se constante em Montalegre e aumentou pouco significativamente em Melgaço. Por fim, o número de dormidas aumentou em Ponte da Barca e em Montalegre, tendo-se registado o maior

aumentou em Ponte da Barca que aumentou cerca de 20%. Em Arcos de Valdevez e Melgaço decresceu pouco significativamente, e em Terras do Bouro decresceu cerca de 20%.

De uma forma geral, o turismo no PNPG regrediu neste último período de análise, embora que não muito significativamente.

4. CICLO DE VIDA TURÍSTICO DO PNPG

4.1. Introdução

Para analisar ciclos de vida de áreas turísticas podem ser estabelecidos modelos mais abrangentes, os quais têm em linha de conta uma análise considerando vários indicadores, ou podem ser modelos mais simples tal como o TALC que apenas utiliza o indicador número de turistas para analisar o crescimento do turismo. Consoante o que se pretende analisar, são estabelecidos os parâmetros que nos vão permitir atingir os nossos objetivos tendo em conta as hipóteses de estudo. Os parâmetros em estudo são definidos consoante o tipo de destino em análise e considerando ainda os aspetos específicos de cada destino, sejam eles ambientais, físicos ou políticos (Alvares, 2008).

Os indicadores ao serem escolhidos devem ter em conta a sua relevância, viabilidade, credibilidade, clareza e comparabilidade (Manning, 2004). A escolha dos indicadores para análise das variáveis contempladas pelo MAPT, teve em linha de conta esses fatores.

Para aplicação do modelo TALC, os indicadores escolhidos foram quantitativos relativos à informação apresentada no capítulo 3 (taxa bruta de ocupação de cama, proporção de hóspedes estrangeiros, capacidade de alojamento e número de dormidas) para determinar o número de turistas que visitaram efetivamente os empreendimentos turísticos do PNPG, e de acordo com o MAPT: investimentos públicos, estratégias/diretrizes de dinamização, programas e planos de gestão do PNPG.

4.2. Medidas do MAPT

Para quantificar e perceber a evolução qualitativa do turismo será atribuído a cada indicador qualitativo uma medida entre 0 e 1 categorizada de acordo com o quadro 8.

Quadro 8: Indicadores qualitativos do planeamento turístico

Indicadores	Critérios	Medida
Estratégias/Diretrizes de Dinamização do PNPG	Existência ou não de estratégias/diretrizes	1 - Existe 0 - Não Existe
Programas inseridos no PNPG	Existência ou não de programas	1 - Existe 0 - Não Existe
Planos de gestão do PNPG	Existência ou não de planos	1 - Existe 0 - Não Existe

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Alvares, 2008), 2014

Da mesma forma, vai ser quantificado o investimento público separadamente de acordo com o quadro 9.

Quadro 9: Investimento Público no turismo

Indicadores	Critérios	Medida
Investimento Público	Existência ou não de investimento público	1 - Existe 0 - Não Existe

Fonte: Elaboração própria, 2014

O investimento público será avaliado em 4 níveis, sendo que o nível 0 representa inexistência de investimento público, nível 1 significa baixo investimento público (medida 0,25), nível 2 significa médio investimento público (medida 0,50) e nível 3 significa elevado investimento público (medida 1,0), estes níveis serão avaliados numa escala de 0 a 1 de acordo com o quadro 10 para facilitar a sua análise.

Quadro 10: Atribuição de medidas ao Investimento Público

Nível	Medida	Grau de investimento público
3	1	Elevado investimento
2	0,5	Médio investimento
1	0,25	Baixo investimento
0	0	Inexistência de investimento

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Alvares, 2008, 2014)

Foi atribuída a medida 0,5 para o nível 2 e 1,0 para o nível 3 para acentuar a diferença entre as Intensidades de Ciclo.

Estes indicadores vão ser avaliados por forma a analisar o desenvolvimento turístico no PNPG através do MAPT.

4.3. Aplicação do MAPT

Neste subcapítulo apresenta-se a aplicação do MAPT ao PNPG de acordo com as medidas enunciadas no subcapítulo 4.2.

Analisou-se o investimento público de acordo com o MAPT e para um período referência de 20 anos, aplicando as medidas consoante o grau de investimento de acordo com o quadro 6, obtendo-se o gráfico 9:

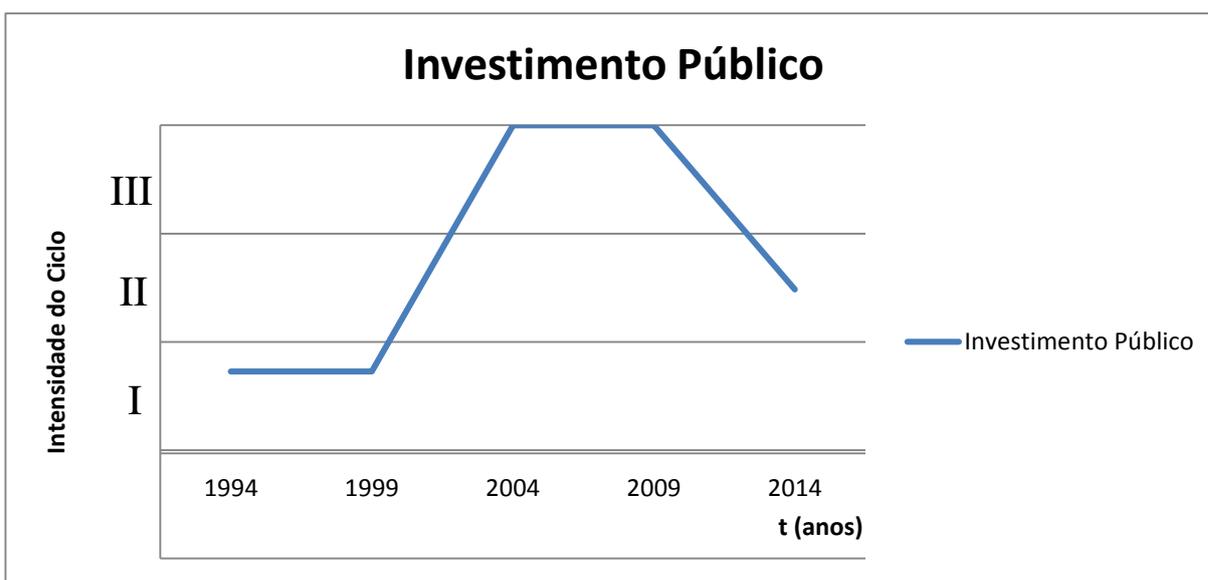


Gráfico 9: Análise do Investimento Público no PNPG de acordo com o MAPT. (Fonte: Elaboração própria, 2014)

Entre 1994 e 2001 não foi feito nenhum investimento de grande vulto no turismo atribuindo-se a medida de 0,25. O pico de investimentos públicos foi atingido entre 2001 e 2006, tendo-se atingido esse pico com cerca de 68 milhões investidos no território abrangido pelos cinco Municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) na área do turismo sustentável atribuindo-se para este período a medida 1,0 (Rede Europarc, 2014). O investimento concretizado ao longo dos cinco anos, em Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro, resultou de ações desenvolvidas pelas respetivas autarquias, pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e outras entidades da região, a maior parte delas com verbas do Estado e de programas comunitários. Entre os investimentos de maior vulto destacam-se estruturas de apoio à receção de visitantes (as Portas de Lamas de Mouro e do Campo do Gerês, o Centro de Educação Ambiental do Videiro, o Posto de Informação do Soajo, o Posto de Atendimento da Branda da Aveleira, o Posto de Turismo de Rio Caldo e o Centro de

Informação de Turismo de Arcos de Valdevez), núcleos museológicos, museus e ecomuseus e novos empreendimentos turísticos, desde casas de turismo em espaço rural a hotéis. Cerca de 14 milhões foram investidos em alojamento. Atualmente, também em contexto de crise, o investimento é menor, pois o financiamento atual tem como objetivos principais o planeamento e desenvolvimento da atividade turística no território do PNPG, de forma a torná-la uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento económico-sustentável e um instrumento que permita aumentar a qualidade de vida dos visitantes e das comunidades que os acolhem (Rede Europarc, 2014), no entanto, os autarcas do PNPG pedem mais investimento e este deverá ser feito por forma a conseguir atrair mais turistas para o PNPG. No município de Ponte da Barca destaca-se o investimento realizado em 2014, que permitiu o aumento em 30% da capacidade de alojamento, de cerca 5 milhões de euros (Notícias ao minuto, 2015). Atribuiu-se a medida 0,5 a partir de 2006.

Analisaram-se os indicadores qualitativos indicados no quadro 8 (existência ou não de estratégias/diretrizes, existência ou não de planos de gestão e existência ou não de programas), obtendo-se o gráfico 10 para um período referência de 20 anos relativo à existência ou não de estratégias/diretrizes de dinamização do PNPG.

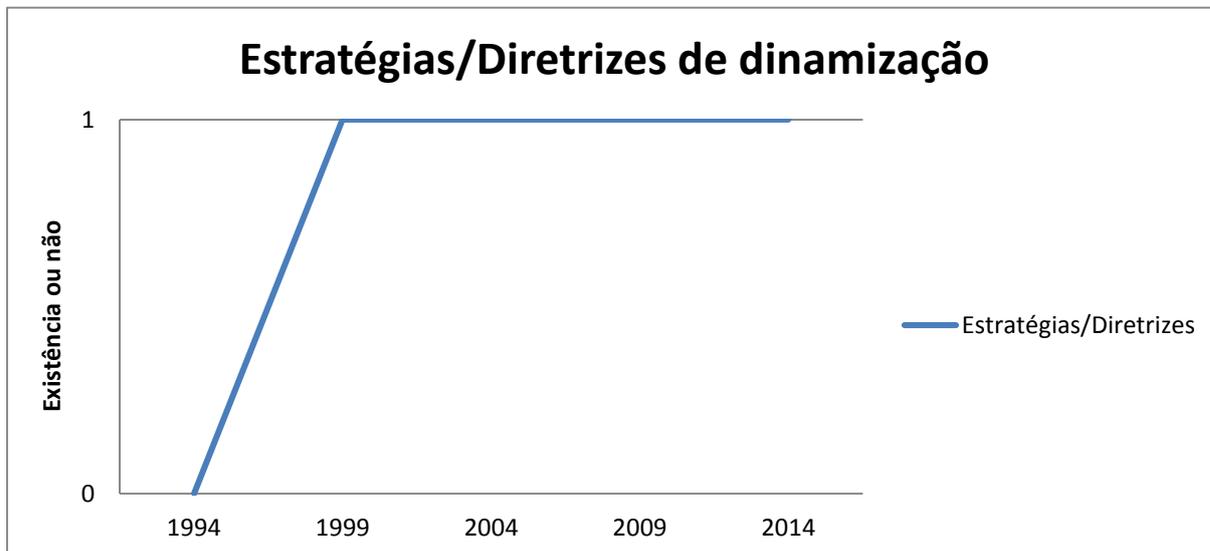


Gráfico 10: Análise das estratégias/diretrizes de dinamização do PNPG de acordo com o MAPT. (Fonte: Elaboração própria, 2014)

As estratégias/diretrizes de dinamização do PNPG, nomeadamente ao nível do turismo, foram delineadas por volta de 1998. Segundo o ADERE-PG, em 1998 a publicação do Programa Nacional de Turismo de Natureza veio dar ênfase à vontade institucional de promover as Áreas Protegidas e o desenvolvimento do Turismo de Natureza, entendido como a atividade turística

que é capaz de conciliar os objetivos de conservação e preservação dos valores naturais e culturais com os objetivos de promoção do desenvolvimento sustentável das populações residentes.

A definição de estratégias/diretrizes de dinamização do PNPG surgiu como resposta à visitação nas Áreas Protegidas que é não só um facto inegável – o crescimento do número de visitantes nestas áreas classificadas é demonstrativo – como passou a ser em 1998 mais assumidamente valorizada entre os objetivos de gestão definidos para as áreas protegidas e classificadas, consagradas na Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Da mesma forma, obteve-se o gráfico 11 para analisar a existência ou não de programas formais inseridos no PNPG.

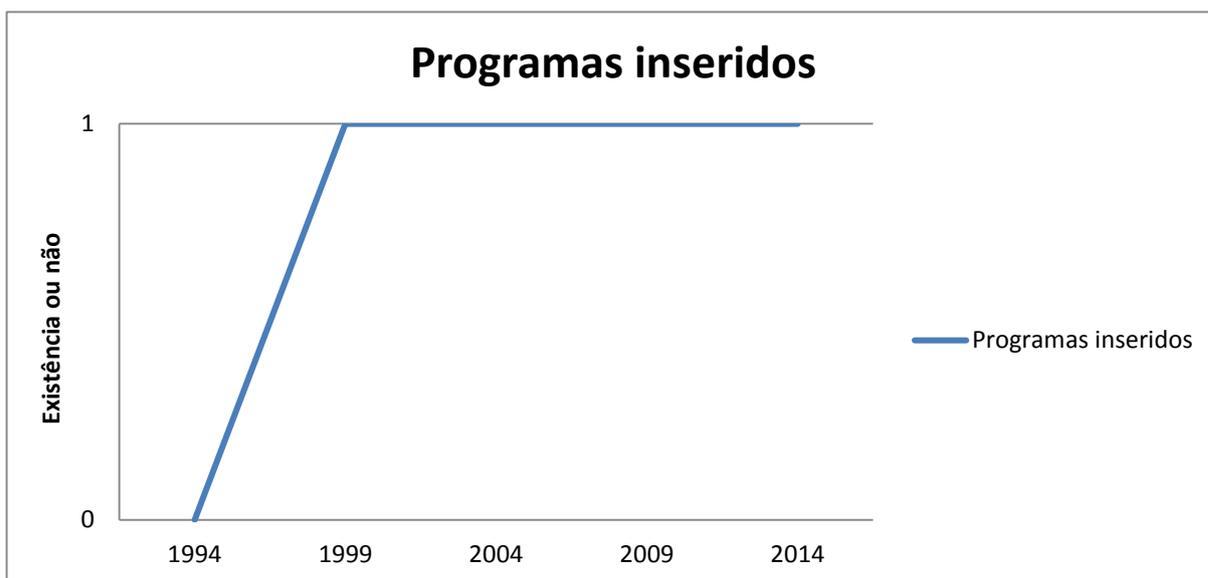


Gráfico 11: Análise dos programas formais inseridos no PNPG de acordo com o MAPT.

(Fonte: Elaboração própria, 2014)

De acordo com o ADERE-PG, em Fevereiro de 1995, foi feita a candidatura ao subprograma de desenvolvimento rural e local, recuperação integrada de centros rurais - “ALDEIAS RURAIS” e em Setembro de 1995 elaborada a candidatura ao subprograma de desenvolvimento rural e local para a “Recuperação do Centro Rural de Soajo-Lindoso”. Em Fevereiro de 1996, foi feita a candidatura ao Programa INTERREG II - “Programa de Requalificação do Ambiente Rural nas Regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês e Parque Natural Baixa Limia Serra do Xurês”. Em Maio de 1996, foi elaborada a candidatura ao “Programa de Promoção e Valorização das Regiões do PNPG” candidatado ao Sub - Programa C do PRONORTE que abrange três

grandes projetos: (1) Promoção e Valorização dos Produtos das Regiões do PNPG, (2) Promoção e Valorização do Destino e Produto Turístico das Regiões do PNPG e (3) Criação de um Sistema Avançado de Comercialização de Serviços. A partir de Janeiro de 1997, foi implementado o primeiro programa formal dentro do PNPG (“Programa de Promoção e Valorização das Regiões do PNPG”). Até essa data, não existe conhecimento de nenhum outro programa formal que tenha decorrido. A partir dessa data, o PNPG desenvolve vários programas que visam o desenvolvimento não só do turismo da região. (Adere-pg, 2014)

Desde que foi classificado como Área Protegida (AP), o PNPG foi sempre dotado de planos de gestão que visaram salvaguardar o seu património natural, resultando o gráfico 12, constante com a medida de 1,0 relativa à existência de planos de gestão ao longo de todo o nosso período referência.

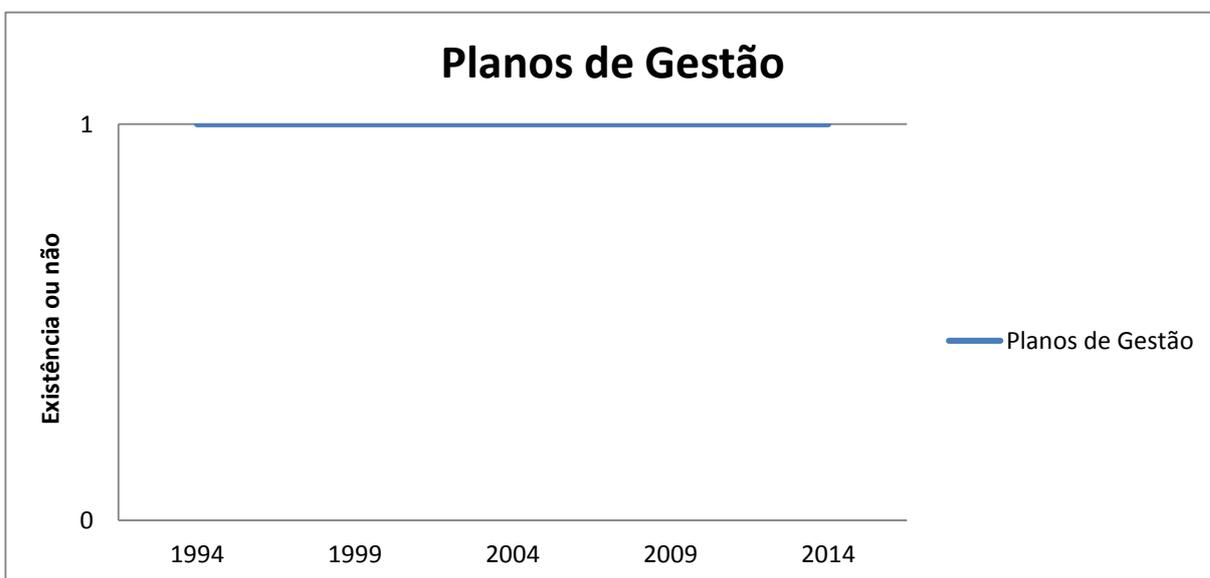


Gráfico 12: Análise dos Planos de Gestão do PNPG de acordo com o MAPT. (Fonte: Elaboração própria, 2014)

Em síntese de todos os indicadores qualitativos analisados relativos ao planeamento turístico, obteve-se o gráfico 13.

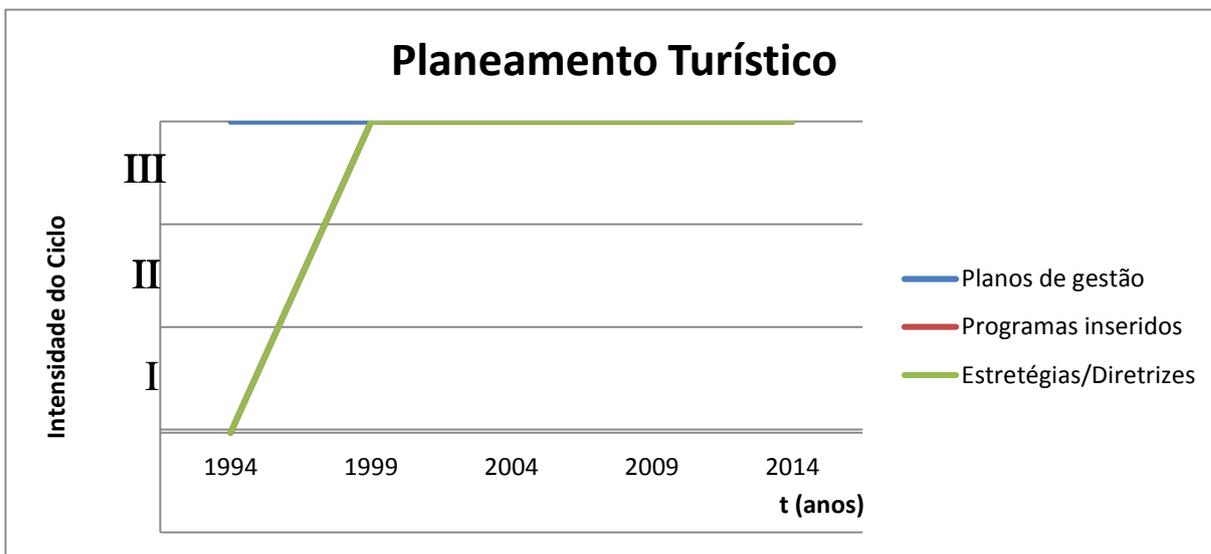


Gráfico 13: Análise do Planeamento Turístico qualitativo do PNPG de acordo com o MAPT
(Fonte: Elaboração própria, 2014)

Como se pode verificar no gráfico 13, o PNPG está atualmente numa intensidade do ciclo máxima (III) para os indicadores qualitativos analisados (existência ou não de estratégias/diretrizes, existência ou não de planos de gestão e existência ou não de programas) estando todos eles dotados da medida 1,0 de acordo com o quadro 8.

4.4. Aplicação do TALC

Para aplicação do modelo TALC, os indicadores escolhidos foram quantitativos relativos à informação apresentada no capítulo 3 (taxa bruta de ocupação de cama, proporção de hóspedes estrangeiros, capacidade de alojamento e número de dormidas) para determinar o número de turistas que visitaram efetivamente os empreendimentos turísticos do PNPG.

Para que os estabelecimentos hoteleiros fossem atraídos para o PNPG, se implantassem e atingissem o seu nível de capacidade atual, teve de existir uma fase de crescimento que envolveu as duas primeiras fases do modelo TALC, respetivamente, Exploração e Envolvimento. Fases estas que se terão iniciado em 1970 aquando da classificação do PNPG como Área Protegida e terminado em 1997.

No período compreendido entre 1997 e 2006, houve um aumento significativo da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros tendo o número de dormidas também aumentado, o número de camas mais do que duplicou, passando para duas mil em 2006. As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros aumentaram 53 por cento (houve mais 30 mil). A oferta na área da restauração também cresceu substancialmente, estimando-se que estejam a funcionar no território dos cinco concelhos cerca de uma centena de restaurantes. O número de empresas de animação licenciadas aumentou de duas, em 2001, para 20, em 2006, foram criados sete espaços de venda e exposição de artesanato e produtos locais e a rede de trilhos passou de 5 para 35 percursos, possuindo hoje uma extensão total de 330 quilómetros, 200 dos quais devidamente sinalizados. O número de visitantes que procuram informação nos postos de turismo também tem vindo a aumentar. Pelas Portas do Parque e pelo Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro passaram perto de 12 mil visitantes em 2006, mais cinco mil do que em 2004 e mais 20 mil do que em 2000. Tudo isto aponta para as tendências da fase do TALC “Desenvolvimento” que decorreu até 2006.

A partir de 2006 e até ao presente, a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG manteve-se praticamente constante, o número de dormidas teve altos e baixos tendo até decrescido no concelho de Terras do Bouro, a estada média manteve-se na ordem dos dois dias, o PNPG começa a atrair cada vez mais turistas estrangeiros constituindo cerca de 15% da proporção dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros e encontra-se em crescimento. De acordo com a análise do MAPT, o PNPG encontra-se em 2006 com todos os indicadores dotados da medida 1,0, tendo depois desta data decrescido o investimento.

O plano de ação e dinamização do PNPG, entre 2006 e até 2011, apontou como prioridades a consolidação dos investimentos efetuados, a certificação dos serviços dos agentes económicos que operam no Parque e a manutenção e recuperação de casas-abrigo. "Houve muitos investimentos em infraestruturas e agora à que consolidar o funcionamento, a operacionalidade dessas infraestruturas, e assegurar os melhores níveis de qualidade" afirmou o diretor do PNPG em 2008 (Expresso, 2008). Segundo a ADERE-PG (2014) a estratégia do plano de ação atual no PNPG tem como objetivos fundamentais:

- Adequar o modelo de gestão da visitação das regiões do PNPG ao modelo preconizado no Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- Promover uma estratégia conjunta de gestão e dinamização da visitação nos cinco municípios abrangidos pelo PNPG, tirando proveito das iniciativas locais já implementadas e dos recursos e especificidades existentes em cada um, numa lógica de complementaridade;
- Potenciar as Portas do PNPG enquanto estruturas fulcrais no modelo global da gestão da visitação nas regiões do PNPG;
- Melhorar as condições de visibilidade das regiões do PNPG, de forma integrada, ordenada e sustentável;
- Aperfeiçoar o modelo atual de atendimento ao visitante;
- Melhorar e inovar a oferta de serviços e programas de visitação, animação, educação e interpretação ambiental;
- Adequar a oferta de atividades, serviços e equipamentos de visitação aos objetivos de gestão e salvaguarda do património natural e cultural, nomeadamente através do contributo para a valorização e preservação de sítios de interesse cultural e de locais ambientalmente fragilizados;
- Melhorar os meios de comunicação, divulgação e marketing.

Durante a fase de consolidação o número de turistas continua a aumentar, embora que a um ritmo mais lento, o concelho de Ponte da Barca investiu cerca de 5 milhões de euros em 2014 para aumentar em 30% o seu número de camas passando de 192 para 250 camas. Isto resultou como resposta ao aumento da procura que se tem verificado principalmente ao nível de turistas estrangeiros que terá resultado da classificação do PNPG pela UNESCO em 2009 como Reserva Mundial da Biosfera, tal como se verifica no gráfico 7.

De acordo com esta informação, o PNPG encontra-se atualmente na fase de “Consolidação”.

4.5. Síntese

Para aplicação do modelo TALC os indicadores escolhidos foram quantitativos relativos à informação apresentada no capítulo 3, (taxa bruta de ocupação de cama, proporção de hóspedes estrangeiros, capacidade de alojamento e número de dormidas) para determinar o número de turistas que visitaram efetivamente os empreendimentos turísticos do PNPG através da análise dos indicadores escolhidos, e de acordo com o MAPT: investimentos públicos, estratégias/diretrizes de dinamização, programas e planos de gestão do PNPG.

Para quantificar e perceber a evolução qualitativa do turismo, foi atribuído a cada indicador qualitativo do MAPT (estratégias/diretrizes de dinamização, programas e planos de gestão do PNPG) uma medida entre 0 a 1 categorizada de acordo com o quadro 8. O investimento público foi avaliado em 4 níveis, sendo que o nível 0 representa inexistência de investimento público, nível 1 significa baixo investimento público (medida 0,25), nível 2 significa médio investimento público (medida 0,50) e nível 3 significa elevado investimento público (medida 1,0), estes níveis foram avaliados numa escala de 0 a 1 de acordo com o gráfico 10 para facilitar a sua análise. Todas as medidas enunciadas foram avaliadas de acordo com o MAPT para um período de referência de 20 anos, resultando o gráfico 9 para o investimento público, o gráfico 10 para as estratégias/diretrizes de dinamização do PNPG, o gráfico 11 para os programas formais existentes no PNPG e o gráfico 12 para os planos de gestão do PNPG.

Desde que foi classificado como Área Protegida (AP), o PNPG foi sempre dotado de planos de gestão que visaram salvaguardar o seu património natural, de acordo o gráfico 12, constante com a medida de 1,0 relativa à existência de planos de gestão ao longo de todo o nosso período referência e também aquando da classificação do PNPG como Área Protegida, em 1971 iniciaram-se portanto as duas primeiras fases do modelo TALC, respetivamente, Exploração e Envolvimento que impulsionaram um crescimento turístico que decorreu até 1997.

Em 1997 o PNPG passou a estar dotado de programas formais de gestão, e em 1998 de estratégias/diretrizes de dinamização. A terceira fase do TALC, Desenvolvimento, decorreu entre 1997 e 2006, pois atingiu-se a intensidade de ciclo máxima (III) de acordo com o MAPT, onde todos os indicadores qualitativos analisados passaram a estar dotados da medida 1,0. Também o pico de investimentos no PNPG ocorreu entre esse período, e da análise do turismo no PNPG nessas datas verifica-se que foi quando se deu o maior aumento quer da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros, quer do número de dormidas.

A partir de 2006 e até ao presente está a decorrer a quarta fase do TALC, Consolidação. A capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do PNPG manteve-se praticamente constante, o número de dormidas teve altos e baixos tendo até decrescido no concelho de Terras do Bouro, a estada média manteve-se na ordem dos dois dias, o PNPG começou a atrair cada vez mais turistas estrangeiros constituindo cerca de 15% da proporção dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros e encontra-se em crescimento. De acordo com a análise do MAPT, o PNPG encontra-se em 2006 com todos os indicadores dotados da medida 1,0, tendo depois desta data decrescido o investimento público pois a estratégia visa consolidar os investimentos feitos.

De acordo com o TALC em complemento com o MAPT, obteve-se o gráfico 14 com o ciclo de vida do turismo no PNPG analisando o desenvolvimento turístico.

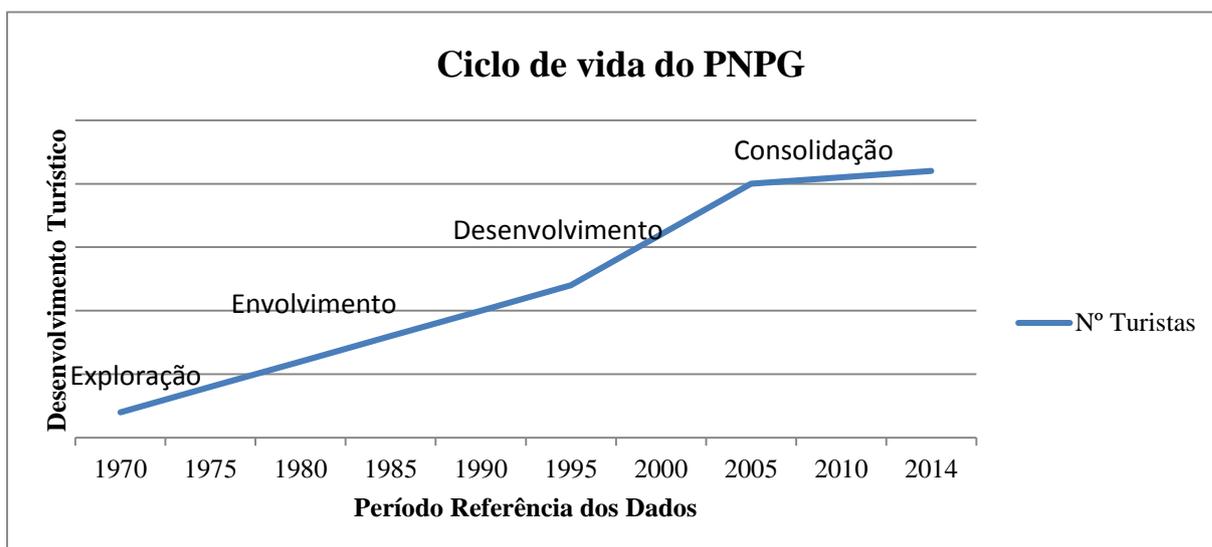


Gráfico 14: Análise do ciclo de vida do turismo no PNPG de acordo com o TALC em complemento com o MAPT. (Fonte: Elaboração própria, 2014)

5. CONCLUSÃO

O modelo TALC proposto em 1980 por Butler e composto por 6 fases, pode ser aplicado a diferentes tipos de atrações e recursos turísticos em diferentes perspectivas, incluindo áreas protegidas como provado neste estudo. Nem todos os destinos turísticos vivenciam tão distintamente todas as fases do TALC e alguns destinos podem saltar algumas fases do modelo. O empreendedorismo é sem dúvida um fator chave de desenvolvimento turístico e o sucesso dos mercados turísticos e transição entre fases no modelo de Butler está intimamente ligado aos empreendedores. Para os empreendimentos turísticos o ciclo de vida de Butler começa um pouco mais tarde, pois para que os empreendedores sejam atraídos para um destino e para que estes se implantem, têm primeiramente de ser atraídos para esse destino e nesse momento já aí se iniciou o ciclo de vida do destino turístico. Os modelos de ciclo de vida em turismo, de uma forma geral, restringiam a análise do crescimento turístico a partir da contagem do número de turistas, sem entrar em consideração com a estrutura, processos e dinâmica inerente à atividade turística. Surge o Modelo de Análise do Processo Turístico (MAPT) proposto em 2008 por Daniela Alvares, resultante da desvalorização da dinâmica inerente ao turismo por parte dos modelos de ciclo de vida em turismo propostos até então. O MAPT é composto por três variáveis (planeamento turístico, investimentos públicos e crescimento turístico) e seus respectivos indicadores e pode ser relacionado com as fases do ciclo de vida estabelecido por Butler complementando assim o TALC.

Para que se possa analisar o ciclo de vida dos empreendimentos turísticos, tem de se perceber primeiro o ciclo de vida do destino turístico, pois o desenvolvimento dos empreendimentos turísticos só é possível com o desenvolvimento turístico da região onde estes estão inseridos e tem também de acompanhar o desenvolvimento do destino, por forma a permitir hospedar com qualidade os visitantes, para que estes possam complementar assim a boa imagem que levam desse mesmo destino. Entre 1987 e 1997, o número de dormidas nos empreendimentos turísticos do PNPG cresceu 24%. Em 1999 o PNPG já recebia cerca de um milhão de visitantes por ano, sendo o quarto destino turístico mais popular do país. O turista-tipo foi identificado como sendo jovem, com idade compreendida entre os 20 e 45 anos, com educação média a superior e com ocupação profissional de nível elevado que procura sobretudo oportunidades de contacto

com o ambiente natural e um local tranquilo para descansar. O turismo foi igualmente crescendo de uma forma geral no PNPG até 2008, quer a nível do número de dormidas, quer a nível da capacidade de alojamento. Em 2009 o PNPG foi classificado como Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO, o que levou mais hóspedes estrangeiros para o destino, no entanto, o turismo no PNPG regrediu ligeiramente a partir de 2009.

Para aplicação do modelo TALC, os indicadores escolhidos foram quantitativos relativos à informação apresentada no capítulo 3 (taxa bruta de ocupação de cama, proporção de hóspedes estrangeiros, capacidade de alojamento e número de dormidas) para determinar o número de turistas que visitaram efetivamente os empreendimentos turísticos do PNPG analisando os indicadores indicados e de acordo com o MAPT: investimentos públicos, estratégias/diretrizes de dinamização, programas e planos de gestão do PNPG. A análise das variáveis do TALC permitiu de uma forma geral a identificação da fase em que o PNPG se encontra, não se tendo encontrado no entanto todas as tendências do modelo. O MAPT, modelado com sucesso, permitiu uma identificação mais clara e com mais certezas dessa mesma fase, no entanto, o MAPT por si só não é uma ferramenta capaz de identificar essa mesma fase, tendo no entanto, funcionado como excelente complemento ao TALC.

Em 1971 iniciaram-se as duas primeiras fases do modelo TALC, respetivamente, Exploração e Envolvimento que impulsionaram um crescimento turístico que decorreu até 1997. A terceira fase do TALC, Desenvolvimento, decorreu entre 1997 e 2006, que coincidiu idealmente com a intensidade de ciclo máxima (III) de acordo com o MAPT. A partir de 2006 e até ao presente está a decorrer a quarta fase do TALC, Consolidação onde a capacidade de alojamento e número de dormidas tem regredido ligeiramente, principalmente a partir de 2009, assim como o investimento no PNPG. A identificação da fase do ciclo de vida do turismo no PNPG coincide com a fase do ciclo de vida dos empreendimentos turísticos do PNPG, pois estes constituem forças motrizes do desenvolvimento turístico de uma região e evoluem paralelamente ao turismo do destino, começando no entanto as primeiras fases um pouco mais tarde. Conclui-se que estes se encontram atualmente na fase de consolidação. O PNPG continua a atrair novos turistas, cada vez mais turistas estrangeiros e novos empreendimentos turísticos continuam a ser criados tendo-se já dado o maior crescimento do número de visitantes e de capacidade de alojamento dos mesmos.

Nem todos os concelhos do PNPG se encontram na mesma fase do TALC, Terras do Bouro é e foi sempre claramente o destino turístico mais significativo para o PNPG, que se encontra na

fase de consolidação tal como os outros concelhos pertencentes ao PNPG com exceção de Ponte da Barca que ainda se encontra na fase de crescimento, pois ainda recentemente (2014) foi feito um investimento que permitiu aumentar a capacidade de alojamento dos empreendimentos turísticos em 30%, atingindo-se assim a Intensidade de Ciclo máxima de acordo com o MAPT apenas em 2014 para o concelho de Ponte da Barca. No entanto, de uma forma geral, os empreendimentos turísticos do PNPG encontram-se na fase de consolidação.

O PNPG tem atraído cada vez mais turistas estrangeiros, o que destaca a visibilidade que o PNPG está a passar para o exterior paralelamente a Portugal e tendo o turismo de natureza vindo a ganhar popularidade, o PNPG possui todas as condições para que um novo ciclo positivo possa ser iniciado e o turismo se torne ainda mais importante para a população do PNPG. Para isso é necessário maior investimento por parte dos municípios não só ao nível do aumento da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros, mas também na criação de infraestruturas que convidem os turistas a permanecer no PNPG durante mais dias e os alicie a gastar mais dinheiro no destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADERE-PG (1999) *PITER: Projecto Integrado Turístico Estruturante de Base Regional para as Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês*. Volume II.

ADERE-PG (2014) <http://www.adere-pg.pt/projectos-e-actividade-projetos-e-atividades-1993-1997> [acedido: 18 Novembro 2014]

ADERE-PG (2014) <http://www.adere-pg.pt/projectos-e-actividade-projetos-e-atividades-1998-2002> [acedido: 18 Novembro 2014]

ADERE-PG (2014) <http://www.adere-pg.pt/projectos-e-actividade-projetos-e-atividades-2003-2007> [acedido: 18 Novembro 2014]

ADERE-PG (2014) <http://www.adere-pg.pt/projectos-e-actividade-desenvolvidos-gestao-e-dinamizacao-da-visitacao-no-pnpg> [acedido: 20 Novembro 2014]

AGARWAL, S. (1994) *The resort cycle revisited: implications for resorts*, in C. P. Cooper and A. Lockwood (eds) *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*, vol. 5, Chichester: Wiley

AGARWAL, S. (1997) *The resort cycle and seaside tourism: An assessment of its applicability and validity*. *Tourism Management*, 18(2), 65–73.

AGARWAL, S. (1998) *What is new with the resort cycle? Reply*. *Tourism Management*, 19 (2) (1998), 181–182.

AGARWAL, S. (2002) *Restructuring and local economic development: Implications for seaside resort regeneration in South West Britain*. *Tourism Management* 20 (5) 511-522

ALVARES, D. (2008) *Avaliação de Planos-Processo em Áreas de Desenvolvimento Turístico*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, 116-138

ANSSON, R. J. (1998) *Our national parks—over crowded, under funded, and besieged with a myriad of vexing problems: How can we best fund our imperiled national park system?* *Journal of Land Use and Environmental Law*, 14(1), 1–52.

ATELJEVIC, I. e DOORNE, S. (2000) *Staying within the fence: lifestyle entrepreneurship in tourism*. Journal of Sustainable Tourism, 8(5): 378-392.

BANFF VALLEY STUDY (1996) *Banff-Bow Valley: At the crossroads. Technical report of the Banff-Bow Valley Task Force*. In R. Page, S. Bayley, J. D. Cook, J. E. Green, & J. R. B. Ritchie (Eds.), Prepared for the honourable Sheila Copps, Minister of Canadian Heritage. Ottawa: Minister of Supply and Services Canada.

BAO, J. (1998) *Tourism planning and tourist area lifecycle model*. Architect, 12, 170–178.

BAO, J., e ZHANG, Z. (2006) *The TALC in China's tourism planning: case study of Danxia Mountain, Guangdong Province, PRC*. C. Cooper, CM Hall, & D. Timothy (Series Eds.) & RW Butler (Vol. Ed.), *The Tourism Area Life Cycle*, 1, 107-115.

BAUM, T. (1998) *Taking the exit route: Extending the tourism area life cycle model*. Current Issues in Tourism, 1(2), 167–175.

BIEGER, T. (2000) *Management von Destination und Tourismusorganisationen*. Munchen, Wien: Oldenbourg.

BERRY, T. (2006) *The predictive potential of the TALC model*. In R. W. Butler (Ed.), *The Tourism Area Life Cycle: Vol. 2. Conceptual and theoretical issues*, 254–279.

BOSCHMA, R. e MARTIN, R. (2010) *The Aims and Scope of Evolutionary Economic Geography*, in R. Boschma & R. Martin (eds.) *The Handbook of Evolutionary Economic Geography*, Cheltenham: Edward Elgar.

BOYD, S. W. (2006) *The TALC model and its application to national parks: A Canadian example*. In C. Cooper, C. M. Hall, & D. Timothy

BRAUNLICH, C. G. (1996). *Lessons from the Atlantic City casino experience*. Journal of Travel Research, 34(3), 46-56.

BROWN, B. J. (1985) *Personal perception and community speculation: A British resort in the 19th century*. Annals of Tourism Research, 12(3), 355-369.

BUTLER, R. W. (1980) *The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources*. Canadian Geographer, 24, 5–12.

BUTLER, R. W. (1985) *Evolution of Tourism in the Scottish Highlands*. *Annals of Tourism Research*, 12 (3): 371-92.

BUTLER, R. W. (2006a) *The Tourism Area Life Cycle: Vol. 1. Application and modifications*. Clevedon, UK: Channel View Publications.

BUTLER, R. W. (2006b) *The Tourism Area Life Cycle: Vol. 2. Conceptual and theoretical issues*. Clevedon, UK: Channel View Publications.

CAUTHORN, R. (1989) *Contributions to a Theory of Entrepreneurship*. New York: Garland Publishing Inc.

CHRISTALLER, W. (1963) *Some Consideration of Tourism in Europe: The Peripheral Regions-Under-developed Countries-Recreation Areas*. *Regional Association Papers*, 12, 95-105

CHOY, D. J. (1993) *Alternative roles of national tourism organizations*. *Tourism Management*, 14(5), 357-365.

CLEVENGER, A. P., WIERZCHOWSKI, J., CHRUSZCZ, B., e GUNSON, K. (2002) *GIS-generated, expert-based models for identifying wildlife habitat linkages and planning mitigation passages*. *Conservation Biology*, 16(2), 503–514.

COOPER, C. P., e JACKSON, S. (1989) *Destination life cycle: The Isle of Man case study*. *Annals of Tourism Research*, 16(3), 377–398.

COOPER, C. (1992) *The life cycle concept and strategic planning for coastal resorts*. *Built Environment* (1978), 57-66.

DA CONCEIÇÃO, G., GONÇALVES, V. F., e ÁGUAS, P. (1997) *The concept of life cycle: an application to the tourist product*. *Journal of Travel Research* 36(2), 12-21.

DEBBAGE, K. (1990) *Oligopoly and the resort cycle in the Bahamas*. *Annals of Tourism Research*, 17, 513–527.

DOXEY, G.V. (1975) *A causation theory of visitor – resident irritants: Methodology and research inferences*. *Proceedings of the Travel Research Association 6th Annual Conference*, 195-198.

DRUCKER, P.F. (1985) *Innovation and Entrepreneurship: Practices and Principles*. New York: Harper & Row.

EXPRESSO (2008) <http://expresso.sapo.pt/concelhos-do-pnpg-receberam-836470-milhoes=f213926> [acedido: 20 Novembro 2014]

FRANCE, L. (1991) *An application of the tourism destination area life cycle to Barbados*. *The Tourist Review*, 46(3), 25-31.

FUSTER, F. (1975) *Teoria y Técnica del Turismo*. Editora nacional.

GARAY, L. e CÀNOVES, G. (2011) *Life cycles, stages and tourism history: The Catalonia (Spain) Experience*.

GETZ, D. (1992) *Tourism planning and the destinations life cycle*. *Annals of Tourism Research*, 19(4), 752–770.

GUNN, C. A., e VAR, T. (2002) *Tourism planning: Basics, concepts, cases*. (4th ed.). New York: Routledge Taylor & Francis Group.

HALL, C. M. (2006) *Space–time accessibility and the TALC*. In R. W. Butler (Ed.). *The tourism area life cycle*. Bristol: Channel View Publications, (2), 83-100.

HAYWOOD, K.M. (1998) *Economic business cycles and the touristic life-cycle concept*. In D. Ionides e K. Debbage (eds) *The Economic Geography of the Tourist Industry*, London: Routledge, 273-284.

HARTWELL, M. e LANE, L. (1991) *Champions of Enterprise*. Double Bay, NSW: Focus Books Pty Ltd.

HARRILL, R. (2004) *Residents' attitudes toward tourism development: A literature review with implications for tourism planning*. *Journal of Planning Literature*, 18(3), 251–266.

HARRISON, D. (1995) *Development of tourism in Swaziland*. *Annals of Tourism Research*, 22(1), 135-156.

HOVINEN, G. (1981) *A tourist cycle in Lancaster County, Pennsylvania*. *Canadian Geographer*, 15(3), 283–286.

HOVINEN, G. R. (2002) *Revisiting the destination lifecycle model*. *Annals of Tourism Research*, 29(1), 209–230.

ICNF (2014) Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. <http://www.icnf.pt> [acedido: 9 de Fevereiro 2014; 21 de Fevereiro 2014; 18 de Outubro 2014; 28 de Novembro 2014]

INE (2014) Instituto Nacional de Estatística. <http://www.ine.pt> [acedido: 20 de Fevereiro de 2014; 14 de Março 2014; 20 de Junho de 2014; 1 de Outubro de 2014; 18 de Outubro de 2014; 28 de Novembro de 2014; 6 de Janeiro de 2015; 20 de Janeiro de 2015]

IUCN (1998) 1997 United Nations List of Protected Areas. Gland and Cambridge: WCMC e WCPA

IOANNIDES, D. (1992) *Tourism development agents: The Cypriot resort cycle*. *Annals of Tourism Research*, 19(4), 711–731.

JOHNSON, J. D., e SNEPENGER, D. J. (1993). *Application of the tourism life cycle concept in the Greater Yellowstone Region*. *Society & Natural Resources*, 6(2), 127-148.

JOHNSTON, C.S. (2001) *Shoring the foundations of the destination life cycle model*. Part 1: Ontological and epistemological considerations. *Tourism Geographies* 3 (1), 2- 28

KAMAT, S. (2010) *Destination Life Cycle and Assessment – A Study of Goa Tourism Industry*. *South Asian Journal of Tourism and Heritage*, Vol.3, No.2.

KELLER, P. C. (1987) *Stages of peripheral tourism development—Canada’s Northwest Territories*. *Tourism Management*, 8(1), 20–32.

KIM, K., UYSAL, M. e SIRGY, M. (2013) *How does tourism in a community impact the quality of life of community residents?*

KNIGHT, F.H. (1921) *Risk, uncertainty and profit*, Chicago, IL, University of Chicago Press.

LAGIEWSKI, R. M. (2006) *The application of the TALC model: A literature survey*. In R. W. Butler (Vol. Ed.), *The Tourism Area Life Cycle: Vol. 1. Applications and modifications*, 27–50

LERNER, M. e HARBER, S. (2000) *Performance factors of small tourism ventures: The interface of tourism, entrepreneurship and the environment*. *Journal of Business Venturing* 16, 77-100

LUNDTORP, S., e WANHILL, S. (2001) *Resort life cycle theory: Generating processes and estimation*. Annals of Tourism Research, 28(4), 947–964.

MA, M. e HASSINK, R. (2013) *An evolutionary perspective on tourism area development*. Annals of Tourism Research, 41, 89-109.

MANNING, M. L., DAVIDSON, M. C., e MANNING, R. L. (2004) *Toward a shortened measure of organizational climate in tourism and hospitality*. Journal of Hospitality & Tourism Research, 28(4), 444-462.

MARTIN, B.S. e UYSAL, M. (1990) *An examination of the relationship between carrying capacity and the tourism lifecycle: Management and policy implications*. Journal of Environmental Management 31, 327-333.

MCKERCHER, B. (1999) *A Chaos Approach to tourism*. Tourism Management 20, 425-434.

MEYER-ARENDT, K. J. (1985) *The Grand Isle, Louisiana resort cycle*. Annals of Tourism Research, 12(3), 449–465.

MEYER, R. A. (1996). *Waikiki faces major problems: does new master plan hold solutions?* Hospitality Review, 14(1), 2.

MENG, Z., WEI, Y. e YU, Y. (2011) *On Life Cycle of Cultural Heritage Engineering Tourism: A case study of Macau*. Systems Engineering Procedia 1, 351-357.

MICHELL, K. (1999) *Portugal: Peneda-Gerês National Park. Los Fondos Estructurales UE 2000-2006. Conservando la Natureza, Creando Empleo*. London: Institut for European Environmental Policy.

MORRISON, A. (2006) *A contextualisation of entrepreneurship*. International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research, 12(4), 192–209.

MORRISON, A. e TEIXEIRA, R. (2004) *Small business performance: a tourism sector focus*. Journal of Small Business and Enterprise Development, 11(2), 166–173.

MORRISON, A., CARLSEN, J. e WEBER, P. (2010) *Small Tourism Business Research Change and Evolution*. International Journal of Tourism Research 12, 739–749.

NOTÍCIAS AO MINUTO (2015) <http://www.noticiasao minuto.com/economia/290104/ponte-da-barca-investe-5-milhoes-em-tres-hoteis> [acedido: 8 Janeiro, 2015]

O'Hare, Greg, and Hazel Barrett. (1993) *The fall and rise of the Sri Lankan tourist industry*. *Geography*, 438-442.

OGLETHORPE, M. (1984) *Tourism in Malta. A Crisis of Dependence*. *Leisure Studies*, 3, 147–162.

OMT (2014) Organização Mundial do Turismo <http://www.world-tourism.org> [acedido: 21 de Fevereiro de 2014; 4 de Fevereiro de 2015]

OPPERMANN, M. (1998) *What is new with the resort cycle?* *Tourism Management* 19(2), 179-180.

PAGE S., FORER P., LAWTON G. (1999) *Small business development and tourism: terra incognita?* *Tourism Management*, 20, 435–459.

PERREN, L. e RAM, M. (2004) *Case-Study Method in Small Business and Entrepreneurial Research: Mapping Boundaries and Perspectives*. *International Small Business Journal* February 2004, 22, 83-101.

PLOG, S. C. (1973) *Why destination Areas Rise and Fall in Popularity*. *The Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 14, 55-58.

REDE EUROPAC (2014) http://www.redeuroparc.org/carta_turismo_europea_sostenible/04_duartefigureido_aderepenedageres_financiacion.pdf [acedido: 16 Novembro 2014]

RIBEIRO, M. e MARQUES, C. (1999) *Rural Tourism and the Development of Less Favoured Areas: Between Rethoric and Practice*.

RICHARDSON, S. L. (1986) *A product life cycle approach to urban waterfronts: The revitalization of Galveston*. *Coastal Management*, 14(1-2), 21-46.

RIEDL, M., ALMEIDA, J. A. e BARBOSA, A. L. (2002) *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 81-116.

RUBIES, E.B. (2001) *Improving public-private sectors cooperation in tourism: A new paradigm for destinations*. *Tourism Review* 56 (3+4), 39-41.

RUSSELL, R., e FAULKNER, B. (1998) *An historical perspective on the rise, decline and rejuvenation of an Australian seaside resort*. Embracing and managing change in tourism: International case studies, 97.

RUSSELL, R., e FAULKNER, B. (1999) *Movers and shakers: Chaos makers in tourism development*. *Tourism Management*, 20, 411–423.

RUSSEL, R., e FAULKNER, B. (2004) *Entrepreneurship, chaos and the tourism area lifecycle*. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 556-579.

RUSSELL, R. (2006). *Chaos theory and its application to the TALC model*. In R. W. Butler (Ed.). *The tourism area life cycle*. Bristol: Channel View Publications., 2, 164-179

SCHUMPETER, J.A. (1934) *The Theory of Economic Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

SHAW, G. & WILLIAMS, A.M. (1998) *Entrepreneurship small business culture tourism development*. In D. Ioannides e K.D. Debbage (eds) *The Rise and Fall of British Coastal Resorts*, 235-255.

SHAW, G. (2014) *Entrepreneurial Cultures and Small Business Entreprises in Tourism*. The Wiley Blackwell Companion to Tourism, First Edition, 9, 120-132.

SMITH, R. A. (1992) *Beach resort evolution: Implications for planning*. *Annals of Tourism Research*, 9(2), 304–322.

STANSFIELD, C. (1978) *Atlantic City and the resort cycle*. *Annals of Tourism Research*, 5(2), 238–251.

TERMAS DO GERÊS (2014) <http://www.termasdogeres.pt/uploads/menu-programas-terapeuticos-2013.pdf> [acedido: 25 Novembro 2014]

TOOMAN, L. A. (1997) *Application of the lifecycle model in tourism*. *Annals of Tourism Research*, 24(1), 214–234.

UNESCO (2009) United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. <http://www.unesco.org> [acedido: 3 de Março 2014]

UNWTO (2015) World Tourism Organization. <http://mkt.unwto.org/publication/unwto-tourism-highlights-2014-edition> [acedido: 4 de Fevereiro 2015]

WEAVER, D. B. (1990) *Grand Cayman Island and the resort cycle concept*. *Journal of Travel Research*, 29(2), 9-15.

WEAVER, D. B. (2000) *A broad context model of destination development scenarios*. *Tourism Management*, 21(3), 217–224.

WEIZENEGGER, S. (2006) *The TALC model and protected natural areas: African examples*. In R. W. Butler (Ed.), *The Tourism Area Life Cycle: Vol. 2. Conceptual and theoretical issues*. Clevedon, UK: Channel View Publications, 124-137.

WILKINSON, P. (1987) *Tourism in small island nations: A fragile dependence*. *Leisure Studies*, 26(2), 127–146.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (1993). *Sustainable Tourism Development : Guide for Local Planners*. Madrid: WTO

WTTC (2014) World Travel & Tourism Council. <http://www.wttc.org> [acedido: 20 Fevereiro 2014]

WWF, Global (2014) World Wide Fund. <http://www.worldwildlife.org> [acedido: 22 de Fevereiro de 2014; 30 de Março de 2014; 8 de Outubro de 2014]

ZHONG, L., DENG, J. e XIANG, B. (2008). *Tourism development and the tourism area life-cycle model: A case study of Zhangjiajie National Forest Park*. *China Tourism Management* 29, 841-856

